



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

CONSELHO DE MINISTROS



**PLANO DE CONTINGÊNCIA
ÉPOCA CHUVOSA E DE CICLONES 2010-2011**

APROVADO PELA 38ª SESSÃO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 26 DE OUTUBRO DE 2010

1. INTRODUÇÃO

Moçambique é um país localizado numa região ameaçada ciclicamente por eventos naturais extremos (cheias, secas, ciclones tropicais, ventos fortes, sismos, descargas atmosféricas e epidemias) que predominam na época chuvosa que vai de Outubro a Março de cada ano. Registos históricos sobre desastres naturais em Moçambique mostram que em termos numéricos, desde 1956 até 2008, foram registados 10 eventos de seca, 20 eventos de cheia, 13 ciclones tropicais, 18 epidemias e um sismo. É neste contexto que o presente Plano de Contingência enquadra-se na estratégia da revisão e ajustamento anual das medidas de prevenção, mitigação, gestão e redução do risco de desastres naturais.

Este Plano de Contingência define as acções de cada sector e de cada província na componente de prevenção, mitigação, gestão e redução do impacto das calamidades mais previsíveis para época chuvosa e de ciclones 2010-2011. Adicionalmente, o presente Plano de Contingência, privilegia medidas de educação, sensibilização e aviso prévio através dos Comitês Locais de Gestão de Risco de Calamidades, munindo-os de instrumentos eficazes e meios para gerirem de forma efectiva e eficiente o risco associado à vulnerabilidade perante fenómenos extremos da natureza.

Tomando em conta os dados históricos de ocorrência de calamidades naturais e os perigos potenciais a eles associados, o presente Plano de Contingência identifica as actividades sectoriais a serem realizadas a todos os níveis de forma descentralizada, visando permitir que a população vulnerável, o Governo, os parceiros internacionais de cooperação, as organizações da sociedade civil e as agências do sistema das Nações Unidas tomem decisões e desencadeiem acções atempadas para eliminar ou reduzir o impacto negativo das calamidades naturais em Moçambique.

Especificamente, o actual Plano de Contingência foi elaborado tendo em conta os seguintes objectivos:

- Identificar as ameaças principais face à época chuvosa e de ciclones 2010-2011;
- Localizar as zonas de risco e projectar o possível impacto das ameaças;
- Definir as principais actividades a desenvolver antes, durante e depois da ocorrência de um evento extremo de origem natural;
- Inventariar os materiais e equipamentos necessários e disponíveis para fazer face a uma emergência causada por um fenómeno natural;
- Determinar os recursos humanos e financeiros necessários para uma intervenção em caso de ocorrência de uma calamidade.

1.2 Metodologia

A elaboração do presente Plano de Contingência obedeceu ao princípio de participação activa dos sectores relevantes do Governo, da sociedade civil, das agências do sistema das Nações Unidas e dos parceiros de cooperação internacional. Assim, a elaboração deste Plano de Contingência teve como base os distritos onde as comunidades locais participaram através dos seus Comités Distritais de Gestão do Risco de Calamidades. Em muitos distritos houve participação de representantes locais de Organizações da Sociedade Civil. O resultado dos trabalhos distritais foi posteriormente globalizado e balanceado ao nível do Conselho Técnico de Gestão de Calamidades a nível da província respectiva que inclui vários sectores do Governo e representantes locais das agências do sistema das Nações Unidas. Os Planos de Contingência provinciais, cingiram-se fundamentalmente na identificação das zonas de risco, dos meios de busca e socorro existentes e a sua localização, bem como na definição de responsabilidades nos vários níveis de Governação e entre os actores intervenientes na gestão de emergências.

Paralelamente, a nível nacional, os vários sectores do Governo que compõem o Conselho Técnico de Gestão das Calamidades (CTGC) identificaram as suas intervenções sectoriais baseadas na vulnerabilidade histórica do sector. Em última instância, coube ao Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (Coordenador do processo) efectuar a globalização de todos os planos e acções dos diferentes sectores desde o nível local até o nível central. O Instituto Nacional de Gestão de Calamidades balanceou os aspectos principais e relevantes tendo em conta a antevisão do comportamento da época chuvosa 2010-2011 feita pelo Fórum Regional da África Austral para a Previsão Climática (SARCOF) em Agosto do corrente ano. O documento resultante foi submetido a discussões do CTGC com a participação activa das várias agências do sistema das Nações Unidas, dos parceiros internacionais de cooperação e das organizações da sociedade civil.

Para além da previsão climática sazonal, foram considerados como principais pressupostos para o reajustamento do Plano de Contingência: o comportamento da época chuvosa 2009-2010 na componente hidro-meteorológica.

Deste modo e tendo em conta os pressupostos acima mencionados, foram elaborados três cenários para grupos específicos de fenómenos naturais que poderão vir a ocorrer, focalizando principiamente, o seu impacto sobre as populações e o tipo de resposta a ser prestada pelo Governo e pelos seus parceiros de cooperação. No geral, esse quadro sobre a população em risco apresenta algumas melhorias comparativamente à época transacta mercê da implementação do Plano de Reassentamento em vigor nas principais bacias mais vulneráveis a cheias (e indicadas como susceptíveis de ocorrerem inundações de media e grande magnitude), designadamente, Zambeze, Búzi Púngue e Save.

2. PRESSUPOSTOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO

2.1 Balanço Meteorológico da época 2010/11

Durante o período **Outubro-Novembro-Dezembro (OND) de 2009**, o País registou *chuva normal com tendência para abaixo do normal*. As chuvas ocorreram com alguma normalidade nas províncias das zonas norte e sul do país. Na zona centro (província de Tete e parte de Manica) *a chuva esteve localmente abaixo do normal*.

Durante o período **Janeiro-Fevereiro-Março (JFM) de 2010** o País registou *chuva normal com tendência para acima do normal* em locais distintos. No norte do País a precipitação esteve localmente acima da normal, enquanto no sul e numa grande parte da zona Centro registou-se precipitação normal.

Factores como o *Estado Actual do Fenómeno El Niño Oscilação Sul (ENSO)* e a *fraca actividade ciclónica na bacia do Sudoeste do Oceano Índico* poderão ter contribuído substancialmente para a irregularidade e/ou escassez da precipitação. O *fenómeno ENSO* tem um grande impacto na variabilidade da precipitação que ocorre na região da África Austral. Geralmente, o *fenómeno El Niño é normalmente associado a escassez da precipitação* na maior parte da África Austral, enquanto o *fenómeno La Niña é normalmente associado a ocorrência da precipitação acima dos padrões médios* na maior parte da região.

2.2 Avaliação do ano Hidrológico 2009/2010

A época hidrológica 2009/2010 foi caracterizada pelo início tardio da queda de precipitação e pelo prolongamento da ocorrência de chuvas até os meses de Abril e Maio em todas as bacias hidrográficas do País. Esta época registou igualmente escoamentos abaixo do normal em quase todas as bacias hidrográficas do País, particularmente durante o primeiro trimestre da época chuvosa (OND 2009).

As bacias hidrográficas de Maputo, Búzi, Púngoè, Zambeze e Messalo registaram escoamentos acima do normal durante o segundo trimestre da época chuvosa (JFM 2010), particularmente devido a queda de chuvas no território nacional e as contribuições de caudais afluentes a partir dos países vizinhos. Esta situação contribuiu para a ocorrência de cheias e inundações de baixa magnitude ao longo das margens destas bacias, afectando diversas culturas dos agricultores locais e causando intransitabilidade de algumas rodovias, nomeadamente a EN6 no troço Mafambisse-Inchope e Tica-mutua, no distrito de Nhamatanda, província de Sofala.

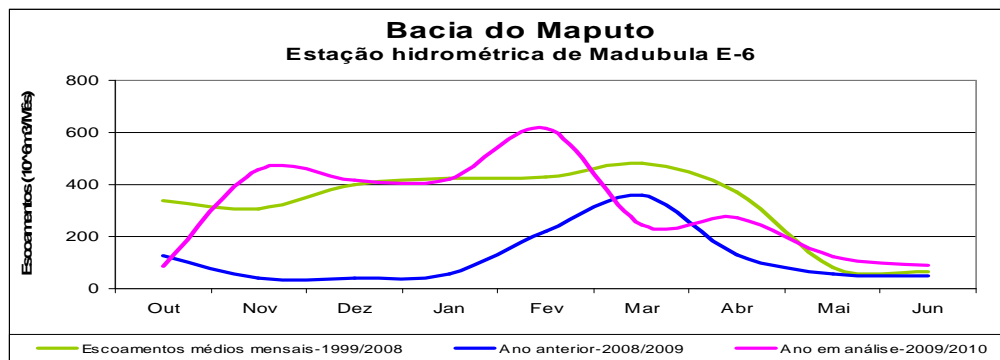
Os níveis de enchimento de albufeiras de Cahora Bassa, Massingir, Corumana, Pequenos Libombos, Nacala e Nampula foram superiores relativamente ao ano hidrológico 2008-2009, excepto a barragem de Chicamba Real, na sub-bacia de Revue, que registou um nível de armazenamento abaixo de 50%.

2.1.1 Situação Hidrológica Prevalente

a) Bacia do Rio Maputo

Devido a chuvas fortes nos Países vizinhos, a bacia do rio Maputo registou escoamentos elevados comparativamente ao ano hidrológico 2008-2009, facto que continuou ser observado mesmo depois do término da época chuvosa em Março de 2010. O gráfico 1 ilustra os escoamentos registados na Estação de Madubula.

Gráfico1 : Escoamentos na Estação de Madubula

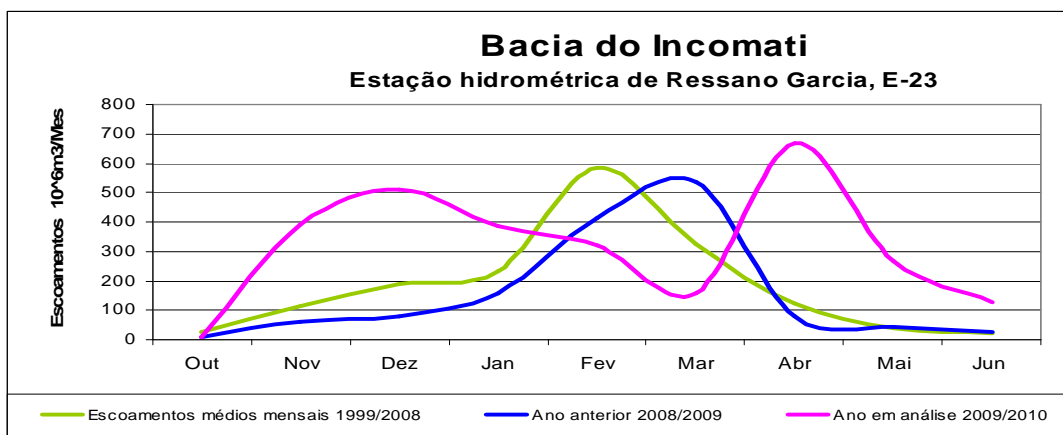


b) Bacia do Rio Incomati

A bacia do rio Incomati regista escoamentos superiores em relação ao ano anterior 2008-2009 como resultado das contribuições de montante e das chuvas que se registaram sobre a bacia no território nacional ao longo do período chuvoso findo.

Esta situação influenciou a barragem de Corumana, que neste momento regista níveis de armazenamento ligeiramente superiores em relação a igual período do ano anterior, constituindo uma mais-valia para a satisfação das necessidades de água para as actividades desenvolvidas a jusante da barragem.

Gráfico 2- Escoamentos na Estação Hidrométrica de Magude

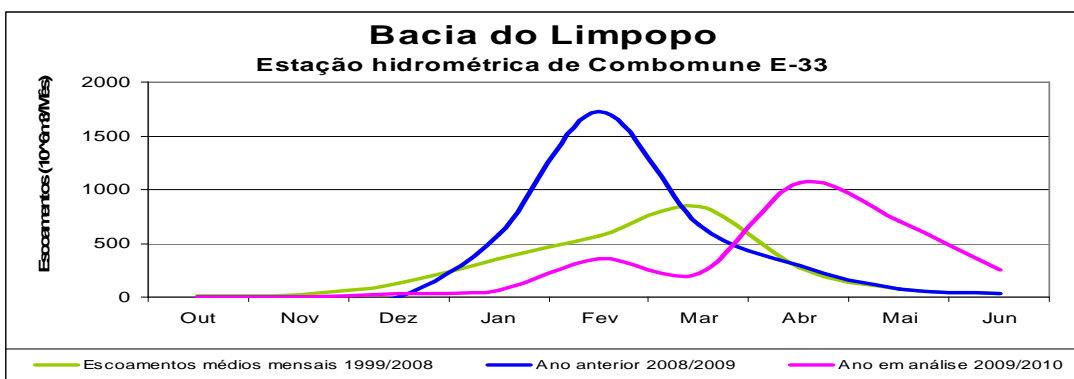


c) Bacia do Rio Limpopo

A bacia do Limpopo apresenta escoamento inferior em relação ao ano hidrológico 2008/09 até Março de 2010 e abaixo da média. Entretanto, por causa das contribuições de montante, a partir de Março houve tendência de incremento de escoamentos, situação que ainda prevalece.

Em relação a albufeira da barragem de Massingir o nível de enchimento é superior em relação ao ano passado, sendo positivo para a satisfação das necessidades hídricas a jusante, concretamente para a agricultura no médio e baixo Limpopo.

Gráfico 3: Comparação dos Caudais em Combumune

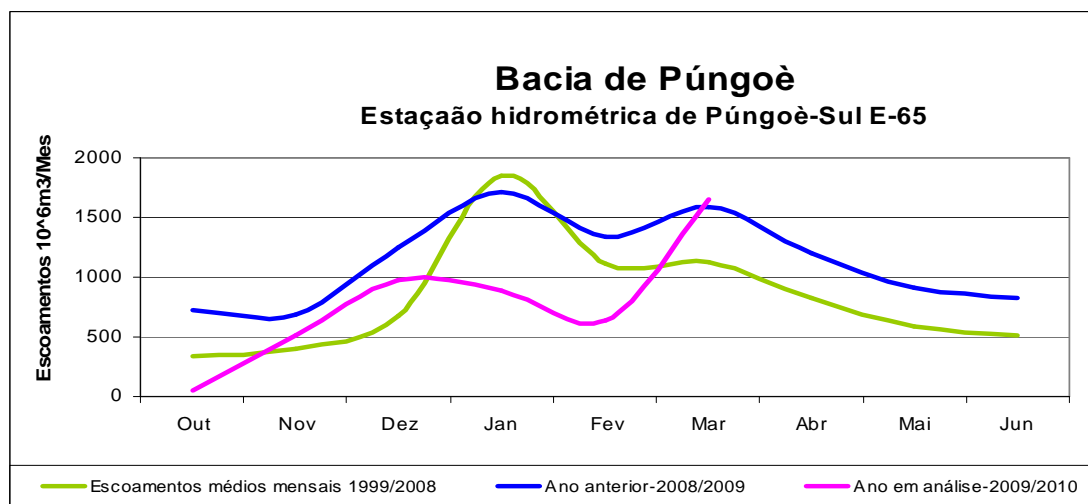


d) Bacia

do Púngoè

No geral a bacia do Púngoè apresenta escoamentos inferiores aos registados no ano hidrológico 2008/09. A mesma situação verifica-se em relação as médias para o mês de Janeiro e Fevereiro. Esta bacia não possui infra-estrutura hidráulica no País.

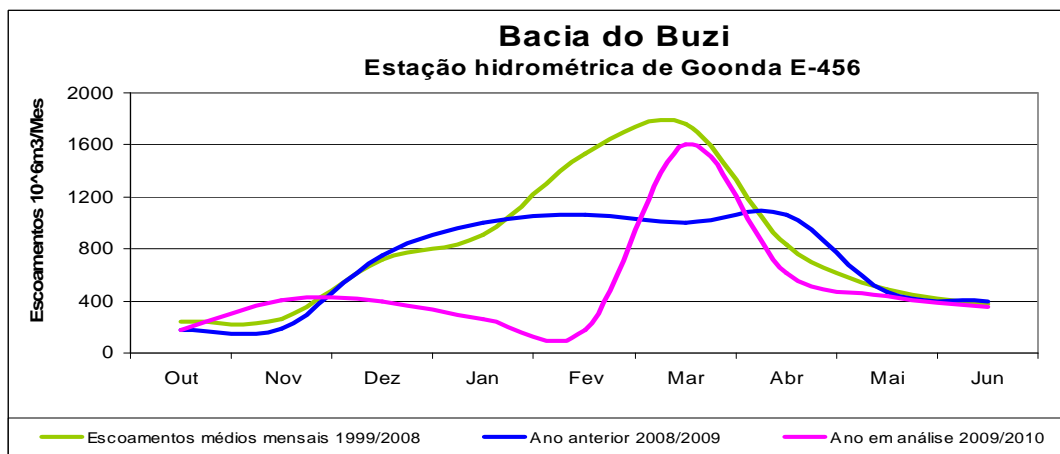
Gráfico 4 : Comparação dos escoamentos em Mafambisse



d) Bacia de Búzi

A bacia do Búzi registou precipitação abaixo da média. Contudo, por causa das chuvas persistentes no período JFM2010 registaram-se inundações. Os escoamentos actuais estão próximos da média facto que poderá estar associado a saturação dos solos resultante da precipitação registada nos últimos 03 anos hidrológicos.

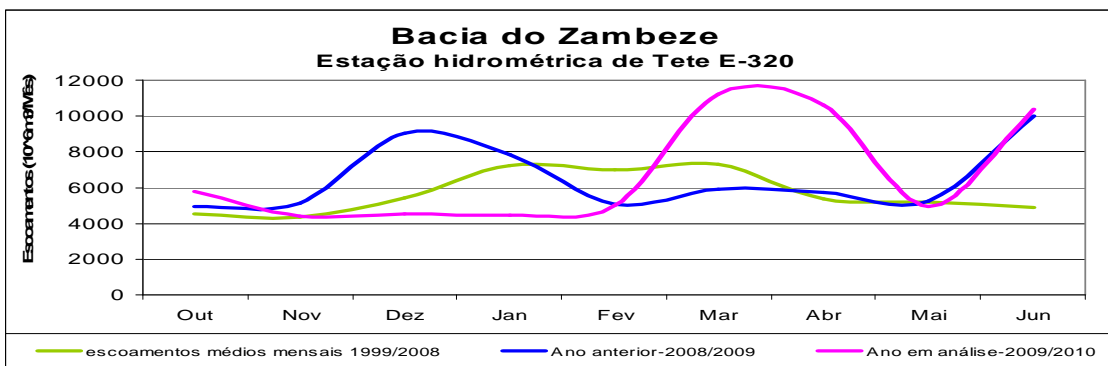
Gráfico 5- Comparação dos escoamentos em Goonda



e) Bacia do Rio Zambeze

A bacia do Zambeze apresenta-se com escoamentos elevados em resultado do impacto da precipitação registada sobre a bacia no território nacional, bem como nos países vizinhos. O projecto de reabilitação de descarregadores iniciado este ano pela HCB também está a contribuir para a prevalência de escoamentos superiores a jusante da barragem, associado ao elevado índice de saturação dos solos devido a ocorrência de cheias consecutivos nos dois últimos anos.

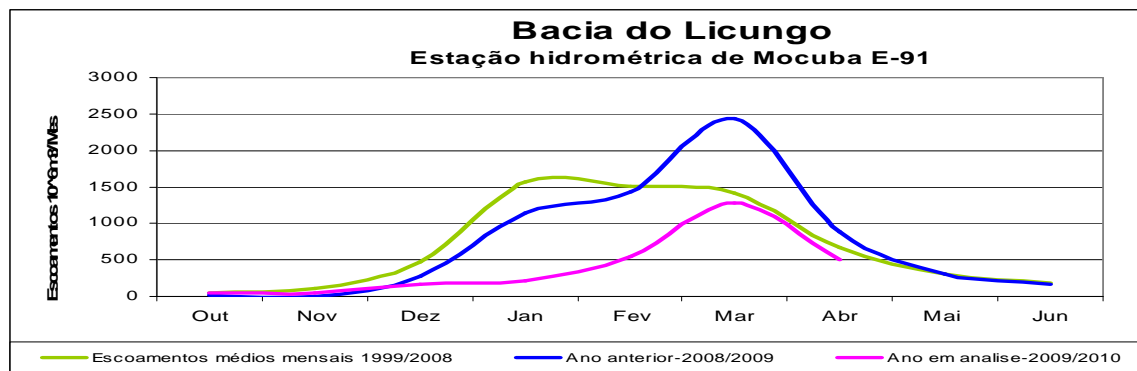
Gráfico 6- Comparação dos escoamentos na Cidade de Tete



f) Bacia do Rio Licungo

Ao longo do período húmido 2009/10 os escoamentos na bacia do Licungo situaram-se abaixo da média e, comparativamente ao ano hidrológico 2008/09 o rio registou caudais inferiores não obstante as inundações verificadas.

Gráfico 7- Comparação dos escoamentos na Vila da Mocuba



Relativamente as bacias vulneráveis a cheias e sem infra-estruturas de amortecimento, apresenta-se na tabela 1 a comparação dos níveis hidrométricos registados no mês de Setembro de 2009 e de 2010.

Tabela 1: Níveis hidrométricos em Setembro de 2009 e 2010 nas bacias hidrográficas

Bacia Hidrográfica	Estação de Referência	Nível Hidrométrico (m)		Nível de Alerta (m)
		Setembro 2009	Setembro 2010	
Montepuez	E-150	1.05		-
Licungo	E-91 (Mocuba)	3.80	3.92	6.00
Mutamba	E 50	2.49	2.39	3.80
Zambeze	E-310 (Zumbo)	1.6	2.59	5.00
Púngoè	E-72- (Inhazonia)	1.95	1.91	-
	E-67- (Mafambisse)	2.65		7.00
Búzi	E-456 (Goonda)	2.00	2.14	5.00
Save	E-47 (V.F. Save)	-	0.52	5.50
Limpopo	E-33 (Combumune)	1.90	2.34	4.50
Incomáti	E23 (Ressano Garcia)	1.99	1.83	-
Umbelúzi	E-10 (Goba)	2.34	2.20	3.00
Maputo	E- 6 (Madubula)	1.53	1.65	4.50

No tocante ao enchimento das albufeiras, as tabelas 2 e 3 abaixo, mostram os níveis de enchimento registados no mês de Setembro de 2009 e de 2010, tanto em Moçambique (Tabela 2) como na África do Sul (Tabela 3). Nos dois casos pode-se depreender que os níveis de enchimento estão acima dos padrões registados em igual período do ano transacto.

Tabela 2: Enchimento das Albufeiras em Moçambique

<i>Barragem</i>	<i>Data</i>	Volume de Enchimento (%)	
		Setembro (2009)	Setembro (2010)
Cahora Bassa	Setembro	69	70
Massingir	Setembro	59	63
Corumana	Setembro	72	75
P. Libombos	Setembro	54	85

Tabela 3: Enchimento das Albufeiras na África do Sul

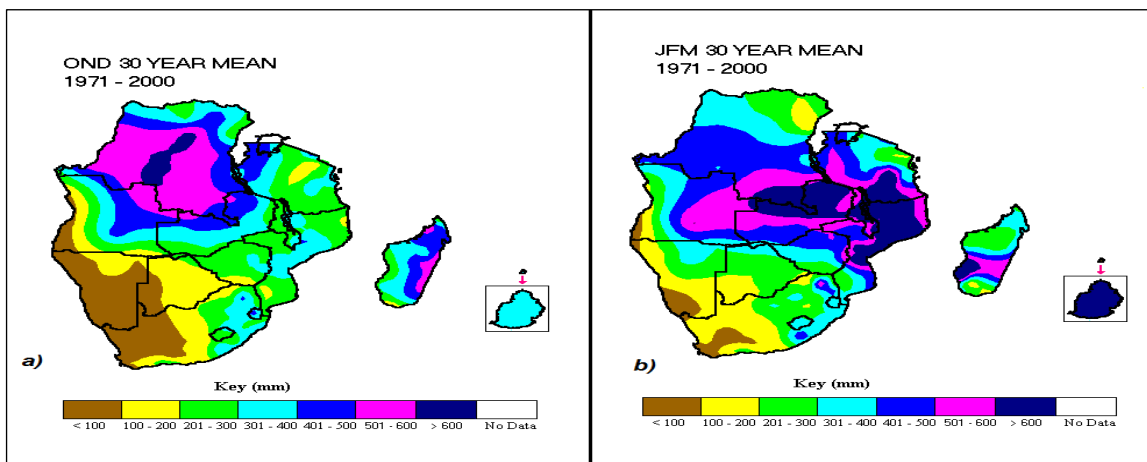
<i>Barragem</i>	<i>Data</i>	Volume de Enchimento (%)	
		Setembro (2009)	Setembro (2010)
Bacia Maputo	Setembro	77	79
Bacia de Incomati	Setembro	86	96
Bacia de Elefantes	Setembro	93	97
Bacia de Limpopo	Setembro	86	97

3. PREVISÃO CLIMÁTICA PARA A ÉPOCA CHUVOSA E DE CICLONES 2010/2011

Peritos da área do clima dos países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), reúnem-se anualmente no chamado Fórum de Antevisão do Clima Regional da África Austral (SARCOF) para a elaboração da previsão regional consensual. Neste ano, o encontro teve lugar em Harare de 16 a 27 de Agosto, onde os peritos regionais da área do clima produziram a previsão sazonal para a época chuvosa 2010/2011. Na maior parte da África Austral, maior quantidade de precipitação

ocorre no verão, entre os meses de Outubro e Abril, no entanto, por consenso no SARCOF a previsão é dividida em 2 períodos, nomeadamente Outubro-Novembro-Dezembro (OND) e Janeiro-Fevereiro-Março (JFM). O Mapa 1 mostra a média climatológica para a região nos dois períodos.

Mapa 1: Média da precipitação para a Região da SADC (1971-2000) para OND e JFM

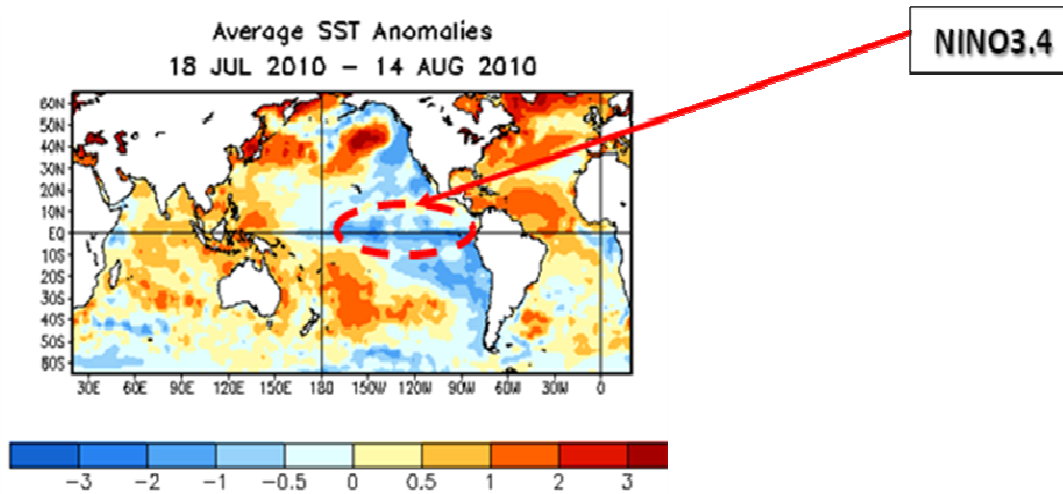


Na elaboração da previsão climática deste ano, tomou-se em consideração a interacção do sistema Oceano – Atmosfera, com particular destaque para o estado actual do fenómeno El Niño Oscilação Sul (ENSO) e as temperaturas superficiais dos oceanos Pacífico, Atlântico e Índico. O fenómeno ENSO tem um grande impacto na variabilidade da precipitação que ocorre na região da África Austral, geralmente, o fenómeno El Niño é normalmente associado a escassez da precipitação ao nível da maior parte da África Austral, enquanto o fenómeno La Niña é normalmente associado a ocorrência da precipitação acima da média na maior parte da região. Os resultados de modelos numéricos produzidos dos grandes centros meteorológicos mundiais foram também considerados na antevisão da época chuvosa 2010/2011.

Estado actual do ENSO

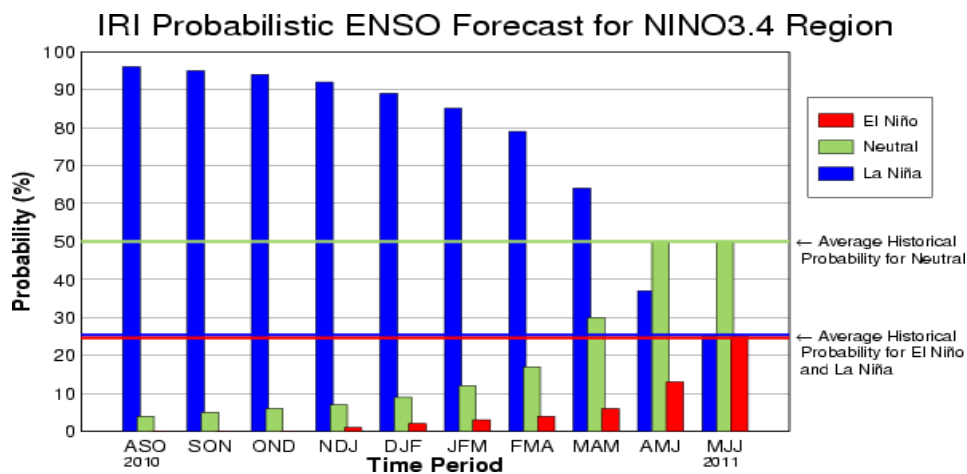
A partir de Março 2010, as anomalias positivas da temperatura da superfície do oceano (SST) começaram a decrescer ao longo do Oceano Pacífico Equatorial, começando assim, a fase da transição do El Niño para as condições de La Niña. As observações actuais de SST na região NINO3.4 mostram condições de La Niña moderado, com uma média das anomalias atingindo $-1,1^{\circ}\text{C}$ (Mapa 2).

Mapa 2: Estado actual do fenómeno ENSO



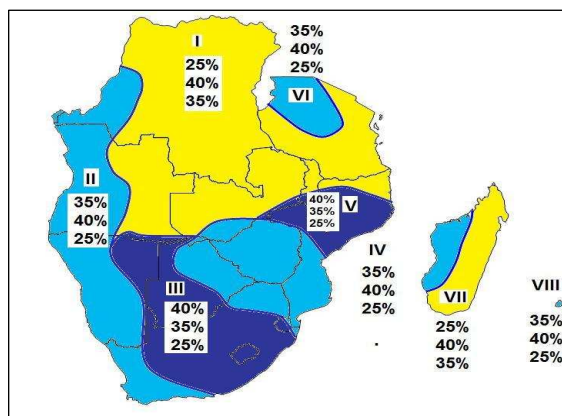
Vários modelos estatísticos e dinâmicos indicam que as condições La Nina vão prevalecer e se fortalecer pelo menos até o primeiro trimestre de 2011.

Figura 3: Tendência das SST no Pacífico Equatorial e as fases do El-Niño (Fonte IRI)



3.1 ANTEVISÃO PARA A REGIAO DA SADC

a) Outubro, Novembro e Dezembro (Mapa 4)



Mapa 4: Previsão da Precipitação para o período OND-2010, região da SADC

Zona I

Grande parte da República Democrática do Congo (RDC), parte Este de Angola, uma grande parte da Zâmbia, norte de Malawi, parte da Tanzânia e extremo norte de Moçambique – *maior probabilidade de ocorrência de chuvas normais com tendência para o abaixo do normal.*

Zona II

Parte do extremo ocidental da RDC, metade ocidental de Angola, grande parte da Namíbia e extremo oeste da África do Sul – *probabilidade de ocorrência de chuvas normais com tendência para acima do normal.*

Zona III

Extremo nordeste de Namíbia, metade do sudoeste de Botswana, grande parte da África do Sul, Lesotho e grande parte da Suazilândia – *probabilidade de ocorrência de chuvas acima do normal com tendência para o normal.*

Zona IV

Parte sul da Zâmbia, Zimbabwe, parte nordeste de Botswana, extremo nordeste de Suazilândia e África do Sul, parte sul de Moçambique e parte oeste de Madagáscar – *probabilidade de ocorrência de chuvas normais com tendência para acima do normal.*

Zona V

Extremo sudoeste da Zâmbia, sul de Malawi e grande parte do norte de Moçambique - *probabilidade de ocorrência de chuvas acima do normal com tendência para o normal.*

Zona VI

Parte do noroeste da Tanzânia - *probabilidade de ocorrência de chuvas normais com tendência para acima do normal*

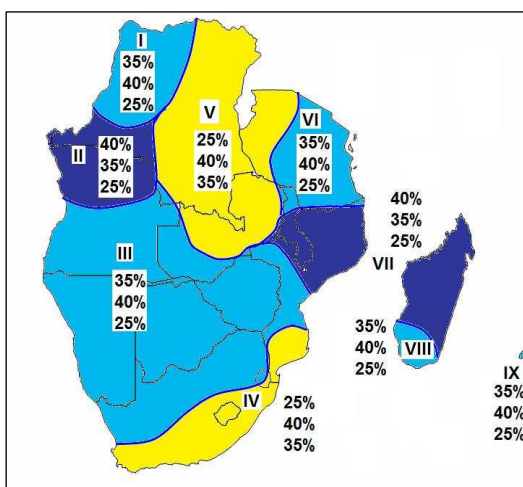
Zona VII

Grande parte de Madagáscar - *probabilidade de ocorrência de chuvas normais com tendência para abaixo do normal*

Zona VIII

Maurícias - *probabilidade de ocorrência de chuvas normais com tendência para acima do normal.*

b) Janeiro, Fevereiro e Março (Mapa 5)



Mapa 5: Previsão da Precipitação para o período JFM-2011, região da SADC

Zona I

Parte nordeste da RDC - *probabilidade de ocorrência de chuvas normais com tendência para acima do normal.*

Zona II

Extremo sul da RDC, sudoeste e norte de Angola - *probabilidade de ocorrência de chuvas acima do normal com tendência para o normal.*

Zona III

Sul de Angola, Zâmbia e sudoeste da Namíbia, Botswana, Zimbabwe, norte da África do Sul, noroeste da Suazilândia, parte central de Moçambique - *probabilidade de ocorrência de chuvas normais com tendência para acima do normal.*

Zona IV

Parte do sul da África do Sul, Lesotho, sudoeste da Suazilândia e sul de Moçambique - *probabilidade de ocorrência de chuvas normais com tendência para abaixo do normal.*

Zona V

Metade leste da RDC, maior parte da Zâmbia, bacia do Lago Victória e parte ocidental da Tanzânia - *probabilidade de ocorrência de chuvas normais com tendência para abaixo do normal*

Zona VI

Grande parte da Tanzânia, extremo oeste da Zâmbia e norte do Malawi - *probabilidade de ocorrência de chuvas normais com tendência para acima do normal.*

Zona VII

Uma grande parte do Malawi, norte de Moçambique e grande parte de Madagáscar - *probabilidade de ocorrência de chuvas acima do normal com tendência para o normal.*

Zona VIII

Sul de Madagáscar - *probabilidade de ocorrência de chuvas normais com tendência para acima do normal.*

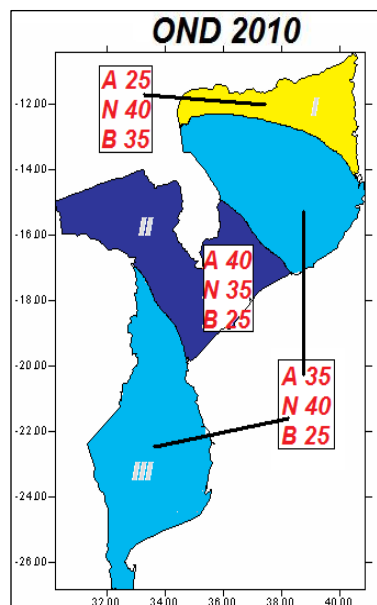
Zona IX

Maurícias - *probabilidade de ocorrência de chuvas normais com tendência para acima do normal.*

3.2 Previsão Pluviométrica Para Moçambique

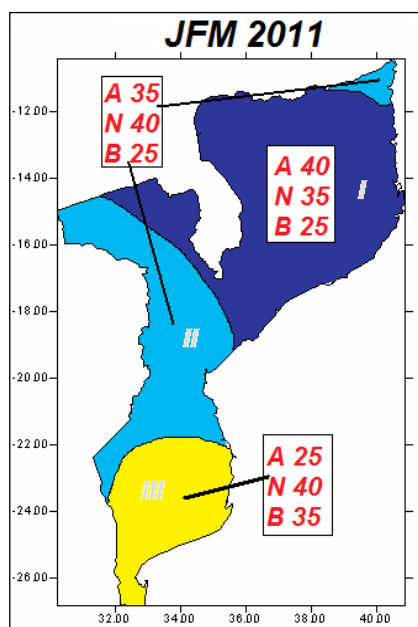
A previsão de chuvas ora emitida pelo INAM a 31 de Agosto de 2010 apresenta o seguinte prognóstico (Mapas 6):

Período OND 2010



- Para o extremo norte da província de Cabo Delgado e parte norte de Niassa: **Probabilidade de ocorrência de chuvas normais com tendência para abaixo do normal.**
- Para a província de Tete, sudoeste da Zambézia, norte da província de Sofala e extremo norte de Manica: **Probabilidade de ocorrência de chuvas acima do normal com tendência para o normal.**
- Para o Sul das províncias de Niassa e Nampula, norte da Zambézia, províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, grande parte da província de Manica e sul de Sofala: **Probabilidade de ocorrência de chuvas normais com tendência para acima do normal**

3.3 Período JFM 2011



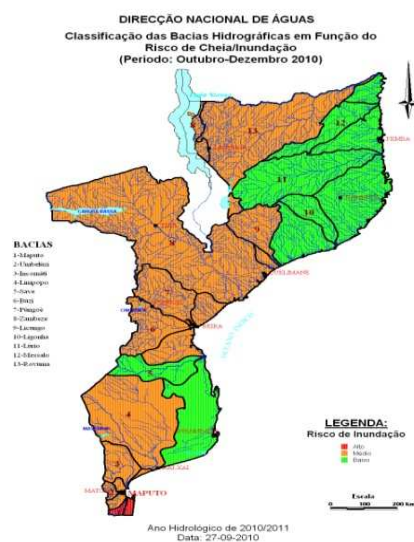
- Grande parte da província de Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Zambézia e parte de Tete: **Probabilidade de ocorrência de chuvas acima do normal com tendência para o normal.**
- Extremo nordeste de Cabo Delgado, nordeste da província de Tete, Manica, Sofala, extremo norte das províncias de Inhambane e Gaza: **Probabilidade de ocorrência de chuvas normais com tendência para acima do normal.**
- Província de Maputo, grande parte das províncias de Inhambane e Gaza: **Probabilidade de ocorrência de chuvas normais com tendência para abaixo do normal.**

3.4 Interpretação da Previsão Climática para a Hidrologia

A previsão hidrológica sazonal que se apresenta tem como base a previsão climática sazonal do INAM bem como os pressupostos à seguir descritos:

- A região Sul do País regista actualmente escoamentos ligeiramente superiores a média dos últimos dois anos hidrológicos, tendo porém a bacia do rio Maputo registado cheia no ano hidrológico 2009/10;
- A região Norte em particular, não obstante a previsão de precipitação acima do normal, detém características particulares que a tornam menos vulnerável a ocorrência de cheias no período Outubro a Dezembro;
- Ao longo da bacia de Zambeze prevê-se precipitação acima do normal com tendência para normal. Contudo, nos países de montante há uma previsão de precipitação normal;
- Na região Centro as bacias de Búzi e Púngò registaram escoamentos acima do normal.

Mapas 7: Deste modo, para os períodos OND 2010 e JFM 2011 prevê-se o seguinte cenário hidrológico¹:



PERÍODO OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO 2010

Risco BAIXO (*Alerta Verde*)

Bacias costeiras de Inhambane e Norte de Gaza, Save, Lúrio, Messalo e Montepuez.

Risco MÉDIO (*Alerta Laranja*)

Bacias hidrográficas de Umbelúzi, Incomáti, Limpopo, Búzi, Púngò, Licungo, Zambeze e Rovuma.

Risco ALTO (*Alerta Vermelha*)

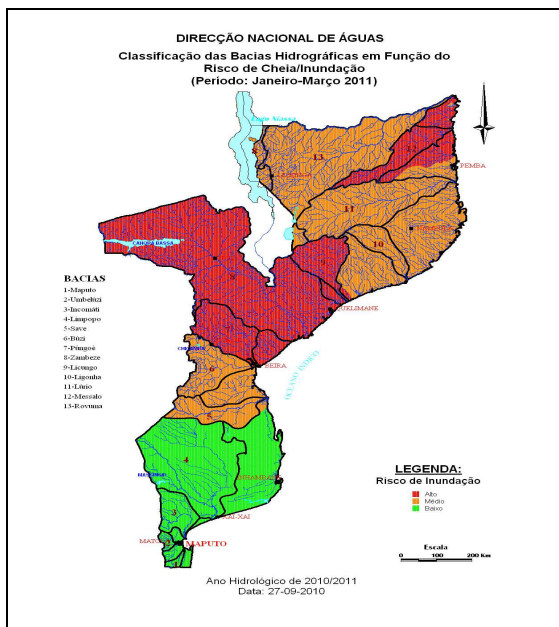
Bacia hidrográfica Maputo. Bacia hidrográfica

¹ Nota Explicativa:

Risco BAIXO· Maior probabilidade de escoamento abaixo do normal e sem risco de ocorrência de cheias;

Risco MÉDIO Maior probabilidade de escoamento normal e risco de ocorrência de cheias médio;

Risco ALTO Maior probabilidade de escoamento acima do normal e alto risco de ocorrência de cheias



PERÍODO: JANEIRO A MARÇO 2011

Risco BAIXO (Alerta Verde)

Todas as bacias da região Sul do País, havendo possibilidade de ocorrência de secas nos distritos áridos e semi-áridos das províncias de Inhambane e Gaza.

Risco MÉDIO (Alerta Laranja)

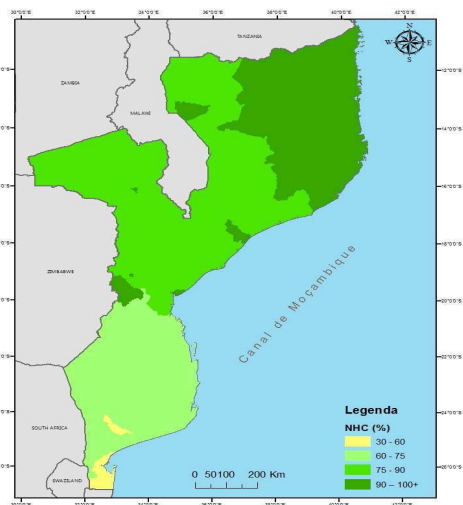
Bacias hidrográficas de Save, Búzi, Ligonha, Lúrio, Rovuma e nas bacias hidrográficas da orla marítima da província de Nampula

Risco ALTO (Alerta Vermelha)

Bacias hidrográficas de Maputo, Zambeze, Licungo e Messalo.

Interpretação para o sector da Agricultura

Mapa 8: Cobertura das Necessidades Hídricas para as culturas (OND)

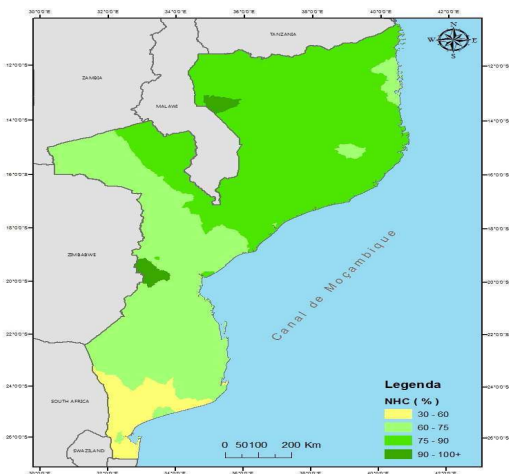


O Mapa 8, ilustra as probabilidades de satisfação hídrica das culturas para o período Outubro a Dezembro 2010. Assim, pode-se concluir seguinte: Nas províncias da zona Norte, na província de Zambezia e planalto de Tete, em geral as probabilidades são altas (75-90%) para que se cubra o requerimento hídrico das culturas. Na zona Centro com excepção do distrito de Sussundenga na província de Manica, as probabilidades para a satisfação das necessidades hídricas das culturas são moderadas à altas (65 à 75%). Na zona Sul do País, a província de Maputo, apresenta probabilidades baixas (30 à 60%) e as províncias

de Gaza e Inhambane apresentam probabilidades moderadas (65- 75%) de cobrir os requerimentos hídricos.

Período JFM 2011

Mapa 9: Cobertura das Necessidades Hídricas para as culturas (JFM)



O Mapa 9 ilustra as probabilidades de satisfação hídrica das culturas para o período Janeiro à Março de 2011. Assim, pode-se concluir seguinte: As zonas Norte e Centro do país apresentam em geral probabilidades altas (100%) à muito altas (>100%) principalmente a zona costeira de Nampula e Cabo Delgado para e cobrir com os requerimentos hídricos das culturas. Na zona Sul do país as probabilidades de satisfazer as necessidades hídricas das culturas são moderadas (65--75%) nas províncias de Gaza e Inhambane e baixa no

extremo sul da província de Maputo (30-60%) para a satisfação hídrica das culturas.

No geral, segundo a previsão climática para 2010/2011, espera-se uma campanha agrícola boa, atendendo a melhoria da distribuição da precipitação nos dois períodos (OND 2010 e JFM 2011) sobretudo nas zonas Centro e Norte do todo o País. O Sul do país apresenta em geral probabilidades moderadas para a satisfação hídrica das culturas no período OND 2010 e moderadas **à baixas** no segundo período JFM 2011, o que poderá resultar em stress hídrico.

Contudo, torna-se importante destacar que a previsão sazonal do SARCOF é feita para toda a África Austral e não distingue factores locais e nem considera a distribuição da precipitação ao longo da campanha agrícola, aspecto que é de grande importância para as culturas. Assim, existe a necessidade de actualizar mensalmente a previsão climática para o País. Finalmente, chama-se a atenção para o facto de que as altas probabilidades de que a precipitação supere o valor médio de precipitação durante o período de Janeiro a Março principalmente no Norte e Centro do país onde poderão eventualmente ocasionar algumas inundações localizadas nesta região do país.

4. ANÁLISE DO RISCO

O presente Plano de Contingência faz uma análise minuciosa do padrão de precipitação registado na época chuvosa 2009-2010 associado aos actuais dados históricos e as previsões climáticas sazonais prevaescentes elaboradas pelo SARCOF bem como as ameaças causadas pelo excesso de chuvas, ventos fortes, ciclones tropicais, epidemias, descargas atmosféricas potencialmente letais e uma possibilidade remota de ocorrência de sismos com magnitudes de poder destrutivo considerável, tendo em conta que o País é atravessado pelo Vale do Rift. Combinando estas ameaças com a vulnerabilidade de uma grande parte da população do País, este Plano de Contingência antevê três cenários de calamidades possíveis durante a época 2010-2011.

4.1 Cenário 1

O primeiro cenário consiste nas ameaças de pequena magnitude que, embora sejam localizadas, têm efeitos destrutivos nas camadas populacionais mais vulneráveis a esse tipo de ameaça. Neste cenário inclui-se, por questão metodológica, as seguintes ameaças:

- (1) Ventos e chuvas fortes e inundações localizadas,
- (2) Seca² e
- (3) Cheias de risco médio.

Dados históricos mostram que em certos locais do País, todos os anos são afectados por essas inundações localizadas. Igualmente nas áreas com chuvas acima do normal as descargas atmosféricas destroem habitações das populações e causam perdas de vidas humanas.

Para além das inundações que podem ocorrer junto dos rios e das áreas de produção agrícola (*machambas*), consideram-se igualmente como ameaça aquelas inundações que podem ocorrer nos aglomerados populacionais (nas zonas urbanas e suburbanas) e que representam perigo tanto para as populações como para infra-estruturas. As cidades e vilas susceptíveis a ocorrência de inundações são: Maputo, Xai Xai, Maxixe, Inhambane, Beira, Quelimane, Nicoadala, Búzi, Tete, Pemba, Cuamba e Mecanhelas.

A experiência dos últimos anos mostra que ventos fortes, que muitas vezes vem de súbito e destroem árvores, machambas e casas das populações, registam-se anualmente ao longo da época chuvosa em quase todo o País. Assim tendo em conta o tipo de construções no meio rural e o nível de impacto nos últimos 4 anos, estima-se que cerca de 251 mil pessoas estejam em risco do efeito combinado de ventos fortes acompanhados de chuvas intensas e inundações que possam ocorrer em locais habitacionais

Apesar do efeito La Ninã, alguns distritos, principalmente os localizados nas províncias de Sofala, Manica, Tete e interior das províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, poderão continuar com problemas de seca estimando-se que cerca de 277. 000 Pessoas estejam em risco.

No geral, espera-se que num primeiro cenário, grande parte das acções preventivas estejam viradas para cerca de 583 mil pessoas que estão em risco de ocorrência de inundações nas cidades e vilas, ventos fortes, cheias de risco baixo nos rios indicados na tabela 2 e a prevalência da seca em alguns distritos.

Tabela 2: Províncias e Estimativas da População A ser Afectada no Cenário 1

Províncias	Inundações (cidades) e ventos fortes	Cheias Risco Medio									Seca	Total
		Umbelizi	Incomati	Limpopo	Pungue	Zambeze	Licungo	Buzi	Save	Rovuma		
Maputo	22,500	1,000	11,000								44,000	78,500
Gaza	8,511			14,163					540		49,677	72,891
Inhambane	12,029										21,451	33,480
Sofala	89,449				7,719	6,757		14,854	7,738		59,333	185,851
Manica	7,668					3,589			6,546		32,482	50,285
Tete	12,244					13,830					8,578	34,652
Zambezia	21,050					18,044	5,300				39,906	84,300
Nampula	12,625										13,114	25,739
Niassa	2,800									500	1,160	4,460
C.Delgado	2,495							2,200		769	7,260	12,724
Total	191,371	1,000	11,000	14,163	7,719	42,220	5,300	17,054	14,824	1,269	276,961	582,882

4.2 Cenário 2

O segundo cenário considerado no Plano de Contingência é relativo às ocorrências do cenário 1 acrescidas de possíveis cheias nas bacias hidrográficas em que o risco é alto, designadamente bacias Zambeze e Messalo, bem como a probabilidade de ocorrência de um ciclone na zona norte do País. Assim, neste cenário estima-se que cerca de 773 mil de pessoas estejam em risco. Ver tabela 3

Tabela 3: Províncias e Estimativas da Populações a Ser Afectada no Cenário 2

Províncias	Cenario I	Limpopo	Zambeze	Messalo	Ciclones (norte)	Total
Maputo	78,500					78,500
Gaza	72,891	28,314				101,205
Inhambane	33,480					33,480
Sofala	185,851		16,892			202,743
Manica	50,285		8,000			58,285
Tete	34,652		22,144			56,796
Zambezia	84,300		26,476			110,776
Nampula	25,739				56,733	82,472
Niassa	4,460				0	4,460
Cabo-Delgado	12,724			5,465	25,784	43,973
TOTAL	582,882		73,512	5,465	82,517	772,690

4.3 Cenário 3

O cenário 3 é o resultado da combinação entre o cenário 2 acrescido de alta probabilidade de ocorrência de ciclones de grande magnitude poder afectar as províncias Sofala e Inhambane e de sismos que podem ter impacto nos principais aglomerados urbanos e vilas, tais como Beira, Chimoio, Xai-Xai, Maputo e Niassa. Os dados da Direcção Nacional de Geologia e Minas mostram que algumas zonas do País estão em actividade sísmica contínua embora de baixa intensidade.

Tabela 4: Províncias e populações vulneráveis as calamidades do cenário 3

Províncias	Cenario II	CICLONES (Centro e Sul)	SISMO	Total
Maputo	78,500		211,000	289,500
Gaza	101,205		70,000	171,205
Inhambane	33,480	180,000	0	213,480
Sofala	202,743	34,500	135,000	372,243
Manica	58,285		28,808	87,093
Tete	56,796		0	56,796
Zambezia	110,776		0	110,776
Nampula	82,472		0	82,472
Niassa	4,460		1,500	5,960
Cabo-Delgado	43,973		0	43,973
TOTAL	772,690	214,500	446,308	1,433,498

No cômputo geral, o número da população em risco tende a reduzir, principalmente aquela que era ciclicamente afectada pelas cheias nas Bacias do Zambeze, Búzi, Púngue e Save onde, desde 2007 decorre o processo de reassentamento. A outra razão que explica a redução do número da população em risco é a implementação do Programa Quinquenal do Governo 2005-2009 que considera a gestão das calamidades como uma questão transversal e, anualmente, os sectores foram o implementando através do Plano Económico e Social que permitiu da criação dos Comitês Locais de Gestão de Risco de Calamidades, a divulgação e sistema de aviso prévio e o reforço do sistema de informação.

4.4 Previsão do Impacto na Agricultura

O sector da agricultura estima que um possível efeito combinado de seca, cheias e ciclones poderá provocar a perda de cerca de 230 mil hectares, conforme discriminado na tabela 5.

Tabela 5: Previsão do impacto na Agricultura

Fenómeno	Área Afectada(ha)
Seca	138.597
Cheias	38.612
Ciclones	52.643
Total	229.851

5. ACTIVIDADES A REALIZAR ANTES, DURANTE E DEPOIS DA EMERGÊNCIA POR SECTOR

As principais acções a realizar face aos diversos tipos de ameaças atrás descritas estão subdivididas em acções preventivas (antes da ocorrência do evento extremo), reactivas (durante) e de reposição da vida normal das populações eventualmente afectadas (depois). As medidas preventivas tanto do Governo como da população são determinantes para a redução do impacto das calamidades. A maioria parte dessas medidas devem ser levadas a cabo independentemente da certeza da ocorrência dos fenómenos previstos. A implementação das medidas reactivas dependerá grandemente da ocorrência da ameaça, do local e da população afectados, bem como do nível da sua vulnerabilidade. As medidas de reabilitação dependerão da magnitude das calamidades. Por essas razões o presente Plano de Contingência poderá vir a sofrer reajustamentos mensais entre os meses de Outubro de 2010 e Março de 2011.

A listagem das actividades a realizar antes, durante e depois da ocorrência da calamidade está apresentada por sectores e sua implementação pode ser de nível central (Planificação, monitoria, supervisão e assistência técnica), Provincial (monitoria e apoio técnico aos distritos) e nível distrital ou comunitário (implementação das operações)

5.1 INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO DE CALAMIDADES

a) Medidas Pro-activas

- Realização de simulações;
- Inventariação, aquisição e pré-posicionamento de meios de busca, socorro e assistência humanitária;
- Gestão de toda a informação relativa a monitoria da época chuvosa e de ciclones;
- Montagem e operacionalização de sistemas adicionais de comunicação;
- Organização da plataforma de liderança e coordenação das actividades de gestão e redução do risco de calamidades;
- Organização e destaque de equipas de apoio aos Governos Provinciais e distritais em acções de preparação de prontidão;
- Organização e liderança do processo de reciclagem dos Comités Locais de Gestão de Risco;

- Integração dos grupos especializados de parceiros, os 10 clusters, em todo o processo;
- Revisão e divulgação dos métodos de gestão dos Centros de Acomodação;
- Provisão da logística física e administrativa aos intervenientes na emergência;
- Activação do sistema de aviso prévio de ciclones tropicais e inundações;
- Reajustamento do Plano de Contingência sempre que necessário;
- Capacitar os técnicos humanitários no código de conduta em situações de emergência.
- Distribuir formulários uniformizados para a recolha de dados em caso e ocorrência de calamidades;
- Capacitar os técnicos da humanitária no uso do formulário de avaliação rápida para protecção;
- Identificação e divulgação das rotas de evacuação bem como locais que possam servir de abrigo temporário;
- Verificação do nível de preparação de escolas, hospitais, centros de saúdes e outros serviços sensíveis e essenciais (fornecedores de energia, de comunicações, transportes, etc.);
- Verificação do estado de sistemas de protecção (diques, sistemas de drenagem, etc.);

b) Medidas Reactivas

As medidas reactivas serão determinadas em função da ocorrência de um fenómeno susceptível de causar uma calamidade e o seu provável local de incidência. Como princípio, e de acordo com as regras de funcionamento do Centro Nacional Operativo de Emergência (CENOE), estas medidas obedecerão os níveis de alerta que forem activados de acordo com a magnitude do fenómeno. As medidas reactivas são implementadas no contexto da funcionalidade do CENOE e incluem, entre outras, as seguintes actividades:

- Operações de busca e socorro;
- Avaliação das necessidades imediatas de assistência humanitária;
- Coordenação das acções de acomodação das populações vítimas das calamidades em lugares seguros;
- Registo e controlo do número da população afectada;
- Garantia no suprimento das necessidades básicas da população afectada, nomeadamente alimentação, água potável e assistência médica e clínica e tratamento dos casos de desnutrição;
- Realização de acções de educação pública e mobilização social junto das vítimas, para a sua participação nas actividades de manutenção e higiene dos Centros de Trânsito, nomeadamente construção de latrinas, limpezas, abertura de vias de acesso e realização de actividades culturais e recreativas;
- Garantia de actividades produtivas, culturais, sociais e desportivas dos afectados e acomodados temporariamente;
- Preparação e implementação de apelos nacionais e internacionais, caso necessário;
- Elaboração primária do plano de reconstrução ainda no âmbito da emergência;
- Identificação de espaços para criação de infra-estruturas de emergência para o atendimento de doentes se necessário;
- Elaboração do plano preliminar de reassentamento e reconstrução;

c) Medidas de Normalização da Vida dos Afectados

Uma vez terminada a fase crítica de emergência existe uma série de actividades a serem levadas a cabo para a rápida normalização da vida das pessoas afectadas e da economia. O Governo aprovou no presente ano, a criação do Gabinete de Reconstrução pós calamidades (GACOR) que tem duas funções principais, melhorar condições de habitação face a vulnerabilidade do País a cheias, sismos e ciclones e em caso de necessidade, coordenar o processo de reassentamento as populações. Desta forma o INGC propõe-se a realizar as seguintes acções de normalização da vida dos afectados:

- Discussão com os afectados sobre as necessidades e o plano de reassentamento em caso de necessidade;
- Elaboração dos planos operacionais por cada bairro de reassentamento;
- Início do processo de reconstrução pós-calamidade;
- Monitoria e coordenação dos programas integrados de reassentamento ao nível local;
- Coordenação e monitoria do processo de aquisição e distribuição de kits de construção aos beneficiários;
- Incentivo à organização do cadastro, como forma de garantir o uso seguro de terra pelas comunidades reassentadas;
- Identificação, desenho e implementação de projectos de geração de rendimento para a reintegração e reinserção sócio-económica dos grupos vulneráveis afectados pelas calamidades.

5.2 MINISTERIO DOS TRANSPORTES E COMUNICACAO

Instituto Nacional de Meteorologia

a) Medidas Pro-activas

- Divulgação da previsão climática sazonal para Moçambique e da região Austral de África da presente época chuvosa e ciclónica previsão a 31 de Agosto de 2010, na Sede do INAM.
- Permanente monitoria dos fenómenos meteorológicos

b) Medidas Reactivas

Na fase reactiva, o INAM vai continuar a acompanhar a evolução dos fenómenos meteorológicos através da elaboração de previsões do tempo diárias e de médio prazo (4 dias).

Divulgação de avisos ou alertas com a indicação da magnitude do fenómeno, zonas potencialmente a serem afectadas ou vulneráveis assim como possíveis impactos.

Monitoria da evolução sistemas ciclónicos (formação, magnitude e trajetória) para permitir a emissão de avisos ou alertas as comunidades e aos sectores relevantes atempadamente.

Actualização da previsão sazonal para o periodo de Janeiro a Março de 2011, em Dezembro de 2010 e avaliação do primeiro trimestre da época chuvosa e ciclónica (Outubro – Dezembro).

Indicação de dois pontos focais para o CENOE com a função de dar informações e explicações sobre a evolução diária do estado do tempo, bem como de um técnico para as sessões do CTGC.

c) Medidas de Normalização da Vida dos Afectados

Finda a época chuvosa e ciclónica 2010-2011, será feita uma avaliação final sobre o comportamento dos fenómenos meteorológicos e seus impactos no regime pluviométrico.

Em termos de necessidades para garantir maior circulação da informação meteorológica e maior prontidão e resposta em qualquer situação ao nível do CENOE, os pontos focais e o representante do CTGC deverão dispôr de meios de comunicação de forma contínua, transporte para se deslocar ao CENOE, computador portátil – laptop – para a monitoria contínua dos fenómenos meteorológicos e processamento da informação necessária para o CENOE principalmente durante as emergências. Para a recolha de dados ao nível do país, há necessidade de reforçar os meios de comunicação actualmente existentes através de aquisição e instalação de 10 rádios de comunicação, no valor de 1.535.3400,00 Mt.

5.3 MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

Componente Recursos Hídricos

Na componente de previsão e monitoramento, define-se como prioridade para o presente ano hidrológico, as seguintes acções:

- Inspeção e manutenção geral da rede de observação hidrológica do Sistema de Aviso de Cheias (SAC);
- Actualização da lista de Pontos Focais ao nível das Administrações Regionais de Água (ARA's) e nas instituições congéneres nos países de montante;
- Realização de encontros com outras entidades gestoras dos recursos hídricos e de barragens nos países de montante, particularmente entre ARA-Centro e Zinwa do Zimbabwe, ARA-Zambeze e as congéneres do Zimbabwe e Zâmbia;
- Alocação de Barco para Zumbo e Caia para apoio na Medição de Caudal;
- Reforço da Rede do SAC na ARA-Centro Norte, incluindo alocação de meios de comunicação nomeadamente: Telefones celulares para Leitores das estações prioritárias;
- Intensificar o monitoramento sistemático dos níveis de água/caudais bem como a previsão dos mesmos usando modelos já existentes; (garantir informação em tempo útil);
- Emissão diária de boletins hidrológicos ao nível regional e nacional a partir de 15 de Novembro de 2010 e estender até 30 de Abril de 2011;
- Disseminação e troca de informação com os países a montante;
- Os planos de contingência devem ter em conta as actuais previsões climáticas e as similaridades dos cenários hidrológicos verificados nos anos 1970/71, 1973/74 e 1995/96;
- As ARA's devem consolidar a cooperação existente com as administrações dos distritos no envio de informação através das rádios dos governos distritais incluindo fins-de-semana e feriados, pelo menos duas vezes ao dia;
- Incorporar a estação de Nante na bacia de Licungo nas estações do SAC e manter a recolha de dados de precipitação do posto pluviométrica de Gurue.

A. Componente Abastecimento de Água e Saneamento

Na componente do abastecimento de água e saneamento rural, definem-se como prioridades no caso de ocorrência de calamidades naturais no presente ano hidrológico, as seguintes intervenções:

a) Actividades a serem realizadas antes da emergência

- Inventário, reparação/manutenção e pré-posicionamento (em locais estratégicos) dos equipamentos & materiais de emergência disponíveis no país;
- Actualização/identificação das capacidades existentes no sector e mapeamento dos parceiros Emergência WASH;
- Encontro de Coordenação/Preparação de resposta a emergência envolvendo todos parceiros chave do sector;
- Reforçar as capacidades das províncias e distritos na planificação e resposta atempada de emergência;
- Aquisição e alocação de materiais e consumíveis adicionais para uma resposta adequada de emergência

b) Actividades a serem realizadas durante a emergência

- Levantamento rápido da situação e necessidades em água, saneamento e higiene;
- Assegurar a disponibilidade de água segura (respeitando padrões mínimos) e de infra-estruturas de saneamento;
- Providenciar equipamentos/materiais para (a) tratamento, conservação, distribuição de água, (b) deposição de excretas humanas e resíduos sólidos (c) promoção das boas práticas de higiene;
- Disseminação, em coordenação com outros sectores, das mensagens chaves sobre prevenção de doenças diarreicas, incluindo cólera, informação sobre a boa conservação da água em casa, instruções técnicas de construção de latrinas;
- Reactivar os mecanismos de coordenação e sistema de partilha de informação;
- Apoiar na reabilitação das fontes de água existentes para assegurar padrões mínimos de consumo de água.

c) Actividades a serem realizadas após a emergência

- Levantamento da situação e necessidades em água, saneamento e higiene;
- Apoiar a reabilitação e construção das fontes de água com activo envolvimento das famílias/comunidades com vista a assegurar a sustentabilidade das intervenções;
- Apoiar a autoconstrução de latrinas familiares;
- Continuo apoio na implementação das actividades de promoção de higiene;
- Monitoria do progresso de implementação e dos indicadores de risco na saúde.

De acordo com as previsões para o período de JFM/2011 as bacias hidrográficas do Zambeze, Licungo e Messalo apresentam maior probabilidade de registo de maiores caudais em resultado da precipitação que

possa ocorrer. Neste contexto os materiais e equipamentos de resposta às emergências devem ser pré-posicionados nas províncias da *Zambézia (Centro)* e *Nampula (Norte)*

Após a actualização da previsão meteorológica durante o mês de Dezembro de 2010 será revisto o presente plano de contingência, entretanto, para além de cheias o sector irá continuar a realizar acções com vista o aumento da cobertura em abastecimento de água rural em todo país, com destaque para as regiões com baixa rede de fontes de água e onde a seca é frequente.

B. Componente de Estradas e Urbanismo

- Assegurar em coordenação com o sector de estradas (ANE) abertura de vias de acesso para os locais de acomodação provisória e construção de abrigo definitivo;
- Coordenar as acções da montagem de abrigo provisório em lugares seguros para as populações atingidas;
- Limpeza das valas de drenagem;
- Promover o registo e controlo das famílias afectadas e identificar claramente aquelas serão beneficiadas de programas subsequentes;
- Articular com a Direcção Nacional de Planeamento e Ordenamento Territorial (DINAPOT) a implantação (demarcação de talhões) dos Planos Parciais na expansão ou novos Bairros de Reassentamentos;
- Organizar o cadastro provisório/definitivo, para garantir o direito de posse segura de terra das famílias e comunidades reassentadas.

5.4 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

a) Actividades a serem realizadas antes da emergência

Segundo as previsões meteorológicas e caso as outras condições que concorrem para uma boa produção agrícola se verifiquem, na campanha agrícola 2010/11, a produção de cereais poderá atingir cerca de 2.917.529 toneladas o que corresponde a um crescimento de 3.9%, as leguminosas em cerca de 436.430 toneladas correspondente a um crescimento de 3.6 % e a mandioca em 10.661.499 toneladas o que corresponde a um aumento de 9.5 %.

As previsões acima descritas estão condicionadas aos seguintes factores:

- Disponibilidade atempada de insumos;
- Precipitação adequada e bem distribuída;
- Envolvimento dos extensionistas na assistência técnica aos produtores familiares;
- Fomento de tração animal;
- Construir/reabilitar infraestruturas de tratamento de gado;
- Disponibilidade atempada de vacinas, drogas e medicamentos para os animais;

- Capacitar os técnicos e promotores de serviços de veterinária;
- Produção local de sementes;
- Controle de pragas e doenças das plantas;
- Aproveitamento de sistemas de regadio.

Dessiminação e Divulgação do prognóstico e suas recomendações agrotécnicas em todas as províncias

Assegurar a disponibilidade de sementes de qualidade e variedades adequadas conforme as condições agro-climáticas.

Assegurar a disponibilidade atempada de pesticidas e prospecção, monitoria nas zonas de maior risco de eclosão de principais pragas (gafanhoto vermelho na província de Sofala no perímetro de Buzi e Gorongosa lagarta invasora nas províncias de Tete, Manica, Sofala, Gaza e Maputo, lagarta mineira, pardal de bico vermelho nas províncias de Inhambane, Gaza e Maputo e principais doenças (vírus de tomate nas províncias de Gaza e Maputo, podridão radicular de mandioca na zona norte)

Limpeza de canais e valas de drenagem;

Manutenção de estruturas de água tais como represa e açudes;

Reabilitação e limpeza das fontes de água (poços ou pequenos reservatórios de água.)

- Assegurar a realização de vacinação contra a Dermatose Nodular, a realização de banhos carracicidas, desparasitação, tratamentos profiláticos com tripanocidas nas zonas infestadas com mosca Tsé-Tsé. Assegurar stocks de sais minerais, feno, vitamina AD3E.
- Realizar treino em técnicas de melhoramento das pastagens (banco forrageiro) treino em tracção animal e reabilitação de infraestruturas pecuárias e reabilitação de pontos de abeberamento.

Para a zona Centro (Tete, Manica, Sofala e Zambezia) há probabilidades de ocorrência de **chuvas acima do normal com tendências para o normal**. Para a zona Sul (Maputo, Gaza e Inhambane) e parte da zona Norte (sul das províncias de Nampula e Niassa) e norte de Zambézia existe a probabilidade de ocorrência de chuvas normais com tendências para acima do normal.

c) Actividades a serem realizadas durante a emergência

- Assegurar a vigilância epidemiológica da Febre do Vale do Rift nas regiões próximas ao Vale do Zambeze. Assegurar a realização de vacinação contra a Raiva em cães e gatos. Assegurar banhos carracicidas, stock de antibióticos.
- Assegurar a realização de vacinações obrigatórias, nomeadamente Carbúnculos Hemático e Sintomático, Dermatose Nodular, Febre Aftosa, Newcastle, Raiva e Brucelose. Assegurar a realização dos banhos carracicidas, tratamentos curativos e profiláticos nas zonas com Tsé-Tsé. Garantir o stock de feno. Assegurar o stock de sais minerais, antibióticos e Vitaminas AD3E.
- Monitorar e avaliar a vulnerabilidade à InSAN

d) Actividades a serem realizadas após a emergência

Face a este comportamento climático previsto e seu possível impacto negativo na agricultura foram desenhados possíveis cenários para as zonas de risco nomeadamente: Algumas bolsas de seca, inundações/ cheias e ciclones

Na área de sanidade vegetal, tendo em conta o prognóstico e a ocorrência de pragas, o mesmo visa garantir a melhoria da capacidade de gestão das pragas migratórias e ratos de campo, através do reforço da capacidade de monitoria, controlo e avaliação dos resultados do controlo, por forma a garantir a segurança alimentar das famílias moçambicanas.

Os beneficiários serão os produtores locais com destaque para os do Sector familiar, cujo os campos são alvos da invasão de pragas migratórias e ratos de campo, e Instituições do MINAG através do reforço da sua capacidade.

Pela natureza deste grupo de pragas que tem vindo a causarem avultados danos, o seu controlo requer custos elevados, sendo necessário que o país passasse a enquadrar as acções de combate no âmbito de emergência e definir um programa que conduz a um estado de prontidão e capacidade de resposta aos efeitos destas pragas. Isto passa necessariamente pela criação de um fundo de contingências para suportar os custos *para a realização de campanhas fitossanitárias*.

As estimativas de orçamento para a organização e execução de campanhas fitossanitárias das pragas migratórias em caso de eclosão, particularmente para a Lagarta Invasora, Pardal de Bico Vermelho e o Rato de Campo, são de cerca de 890.000,00 Mt como ilustradas na tabela abaixo:

Tabela 6: acções em caso de eclosão de pragas

ITEM	Gafanhoto vermelho	Pardal de bico vermelho	Lagarta invasora	Ratos de campo
Para organização e a realização de campanhas fitossanitárias	Actividade de monitoria e controlo em curso nas áreas de eclosão	150.000,00	300.000,00	340.000,00

Na área da sanidade animal, igualmente poderão ocorrer algumas doenças, epidemias tais como: Carbunculos Hemático, Sintomático Newcastle e Raiva no caso de secas e Dermatose Nodular, Febre do Vale do Rift, Dermatofilose e outras infecções no caso de cheias/inundações. Face esta situação, os custos adicionais que poderão ser necessários para minimizar o impacto de fenómenos climáticos adversos estão avaliados em 388.000 Mt.

Tabela 7: abaixo ilustra o orçamento necessário para os medicamentos e material de aplicação.

Item	Custo Unitário	Embalagem	Qtidade
Medicamento			
Oxitetraciclina LA 20%	100.00	100	200
Albendazole	150.00	5	100
Vircom	50.00	Sachetas	500
Sulfato de cobre	150.00	1 kg	50
Repelente para moscas	310		50
Tick grease	250	1 kg	20
Sulfato de sódio	35.00	25.kg	1,000
Infraestruturas pecuárias	500.00		100
Instrumental veterinário			
Seringas automáticas e semi-automáticas	950.00		100
Agulhas	100.00		200
Colmans	1,000.00	20 ltrs	100
Formação			
Alternativas alimentares para época seca (1 formação/província)	1,000.00		10
TOTAL			

Orçamento global

O orçamento global do MINAG, está avaliado em cerca de **94.542,684,00 Mt**, que inclui actividades de monitoria e avaliação, realização de campanhas fitossanitárias, feiras de insumos agrícolas e monitoria e controle da sanidade vegetal.

5.5 MINISTÉRIO DA SAÚDE

A. Principais Acções

- Melhorar a capacidade de detecção precoce das doenças com potencial epidémico, através da intensificação da vigilância epidemiológica. **(antes)**
- Identificar e treinar activistas, bem como outro pessoal técnico de saúde para a prestação de cuidados médicos básicos as populações em situação de emergência. **(antes)**
- Afectar mais pessoal e meios de diagnóstico de laboratório na detecção das principais doenças epidémicas (Cólera, Disenteria e Malária). **(durante e depois)**
- Identificar espaços para montagem de tendas hospitalares para atendimento dos doentes, bem como armazenamento de material médico-cirúrgico e outros. **(durante)**
- Criar equipas médicas multidisciplinares a nível dos Hospitais Centrais, Provinciais e Distritais. **(durante)**
- Garantir assistência médica permanente, através da colocação de técnico de saúde nos centros de acomodação caso sejam criados. **(durante)**
- Garantir assistência específica a mulheres grávidas, crianças e idosos (kits de parto e vacinação). **(durante)**
- Garantir colocação de kit C de medicamentos e testes de diagnóstico rápido de malária e cólera. **(durante)**

B. Acções Específicas

a) Acções para a cólera e outras doenças diarreicas

- Promoção de medidas de prevenção individual e colectiva na população em geral informando-a e sensibilizando-a para a prática constante da higiene individual e colectiva, como factor indispensável para a proteger da maior parte das doenças transmissíveis. **(antes, durante e depois)**
- Garantir o abastecimento de água potável à população. **(durante)**
- Criar condições para o acesso fácil de toda a população a um desinfectante para a água à base de cloro (lixívia), como meio alternativo contra o consumo de água contaminada. **(durante)**
- Controlo de qualidade da água e dos alimentos. **(durante)**
- Intensificar as acções de saneamento do meio e promoção de higiene, em coordenação com o sector de água e saneamento. **(antes, durante e depois)**
- Tratamento dos doentes com coléra e outras doenças diarreicas. **(durante)**

c) Acções para a Malária

- Prevenção da malária, com prioridade para as mulheres grávidas e crianças menores de 5 anos. **(durante)**
- Distribuição de redes mosquiteiras e promoção do seu uso apropriado. **(durante)**
- Garantir a gestão ambiental para controlo do mosquito vector

d) Acções para a prevenção da desnutrição

- Garantir através de acções multidisciplinares o fornecimento de alimentos para a população afectada **(durante e depois)**.
- Realizar a triagem nutricional a todas as crianças menores de 5 anos, adolescentes até 15 anos e mulheres grávidas **(durante e depois)**.
- Tratamento das crianças, adolescentes e mulheres grávidas com desnutrição Aguda Grave sem complicações **(durante e depois)**.
- Realizar formação sobre práticas de alimentação infantil nos centros de reassentamento **(durante)**.
- Suplementação Alimentar dos casos de desnutrição aguda moderada **(durante)**.
- Referência para internamento dos casos de Desnutrição Aguda Grave com complicações **(durante e depois)**.
- Suplementação com vitamina A para todas as crianças de 6-59 meses **(durante e depois)**.
- Desparasitação com Mebendazol para todas as crianças de 12-59 meses e mulheres grávidas **(durante e depois)**.
- Suplementação com Ferro/Ácido Fólico para as mulheres grávidas, até 3 meses após o parto e raparigas adolescentes 10-19 anos **(durante e depois)**.
- Colaborar para a garantia da salubridade do ambiente nos centros de acomodação, que inclui a qualidade da água, combustível, sanitários, alojamentos e as condições para a preparação e cozimento dos alimentos **(durante e depois)**.
- Promover, proteger e apoiar a alimentação adequada dos lactentes (incentivo ao aleitamento materno exclusivo nos primeiros 6 meses de vida e a alimentação complementar adequada) e crianças pequenas, gestantes e lactantes **(durante e depois)**.

e) Acções para o HIV/SIDA

- Realizar palestras de sensibilização para a prevenção do HIV. **(durante e depois)**
- Garantir a disponibilidade e utilização do preservativo nos grupos vulneráveis a situações de emergência. **(durante e depois)**
- Disponibilizar testagem do HIV. **(durante e depois)**
- Identificar doentes com HIV/SIDA e garantir terapia antiretroviral, na unidade sanitária mais próxima. **(durante e depois)**

f) Acções perante uma emergência médica (Acidentes e outros desastres que resultem em ferimentos)

Formar técnicos de saúde e pessoal serventuário no atendimento pré- hospitalar. **(antes)**

- Em caso de ocorrência de acidentes com ferimentos, accionar a equipa local de emergência médica (comissão do trauma). **(durante)**
- Identificar a nível dos hospitais (centrais, Provinciais e Distritais) espaços alternativos para atendimento às vítimas. **(durante)**

Tabela 8: resumo das necessidades em medicamentos

Nr.	Nome do Medicamento / Artigo	Quantidade
1	L. Ringer (litros)	2.000.000
2	Dextrose 5% (litros)	1.000.000
3	Dextrose 30% (litros)	150.000
4	Sais de rehidratacao oral (Pacotes)	10.000.000
5	Cloreto de potássio (Ampolas)	100.000
6	Cloreto de sodio (frascos)	50.000
7	Hipoclorito de Sódio (Toneladas)	16,5
8	Acido Nalidixico (Comprimidos)	1000.000
9	Ampicilina (Frascos de 1 grama)	8.000
10	Cloranfenicol Oleosa (frascos)	8.000
11	Penicilina Cristalizada (Frascos de 1 000 000 UI)	150.000
12	Coartem (artemether-lumefantrine) (Tratamentos)	1.000.000
13	Quinino Injectável (Ampolas)	6.000.000
14	Quinino oral (comprimidos)	5.000
15	Cloranfenicol (Comprimidos)	15.000
16	Tetraciclina (Comprimidos)	120.000
17	Vacina Anti-Meningite (Doses)	100.000
18	Gluconato de calcio 40% (ampolas)	20
19	Cloreto sodio 20% (ampolas)	90
20	Salbutamol aerossol (frascos)	30
21	Lidocaina 2% (frascos)	100
22	Spray de lidocaina (frascos)	50
23	Tetraciclina oftalmica (pomada)	800
24	Gaze vaselinada (caixas)	1
25	CSB ou BP-5 (em caso de ausência de CSB) (caixas)	1000
26	Plumpy Nut (caixas)	1000
7	Produto para TT da Malnutrição F100(Kg)	7.000

28	Produto para TT da Malnutrição F75 (Kg)	30.000
29	Paracetamol 500 mg	900.000

Tabela 9: resumo orçamental para a Saúde

RESUMO DO ORÇAMENTO	
ACTIVIDADES	CUSTO MT/USD
Aquisição de Medicamentos e outros artigos	9.980.000,00
Visitas de supervisão	180.000,00
Contratação de pessoal adicional em casos de emergência	1.300.000,00
Formação do pessoal	100.000,00
Transporte e outros gastos operacionais	600.000,00
GRANDE TOTAL	12.160.000,00 MT
GRANDE TOTAL	339.475.16 USD

5.6 MINISTÉRIO PARA COORDENAÇÃO DA ACÇÃO AMBIENTAL

O sector de Planeamento Territorial o Ministério para a coordenação da Acção Ambiental identificou as actividades a baixo para realizar ao nível central e pelas autoridades locais em caso de ocorrência de uma calamidade.

- Identificar áreas seguras para abrigo e dimensionamento de infraestruturas, equipamentos sociais e serviços e inventariar os Centros de Reassentamento com capacidade de recepção de novas famílias;
- Demarcação de talhões nas zonas de reassentamento
- Divulgar o jogo e o filme relacionado com calamidades naturais, intitulado "O jogo do Rio" e "As Vezes o Rio", respectivamente
- Realizar campanhas de sensibilização em boas práticas para a prevenção e controlo das queimadas descontroladas e erosão dos Solos

O sector do ambiente estima um total de 12.280.000,00Mt, o valor necess'ario para levar a cabo as acções ideentificadas

5.7 MINISTÉRIO DA MULHER E ACÇÃO SOCIAL

A intervenção do Ministério da Mulher e Acção Social (MMAS) na gestão para a redução do risco de calamidades visa essencialmente, assegurar a assistência humanitária aos agregados familiares mais vulneráveis, nomeadamente pessoas idosas, pessoas portadoras de deficiência, crianças órfãs e vulneráveis, mulheres desfavorecidas chefes de famílias, doentes crónicos entre outros.

Participação nas actividades preparatórias com vista a socorrer as vítimas, nomeadamente:

a) Actividades a serem realizadas antes da emergência

- Monitoria das actividades levadas a cabo pelas Direcções Provincias da Mulher e Acção Social com vista ao socorro das vítimas, em particular dos grupos-alvos do sector, através de recolha de informações específicas do sector e deslocação de equipas técnicas as regiões afectadas (permanente);
- Mobilização e distribuição de kits de materiais básicos de assistência aos grupos vulneráveis, em particular ás crianças, pessoas idosas, portadoras de deficiência e doentes crónicos que incluam redes mosquiteiras, roupas, leite e outros (permanente);
- Disseminação de guiões e panfletos para protecção da crianças e mulheres durante emergências antes;
- Identificar espaços para construção de escolinhas e Espaços Amigos da Criança, nos centros de transito e de reassentamento e kits de apoio as Crianças Órfãs e Vulneráveis (COV).

b) Actividades a serem realizadas durante a emergência

- Identificação e priorização dos grupos mais vulneráveis na (re) construção de casas;
- Capacitação de activistas sociais e líderes dos Centros de Acomodação ou Bairros de Reassentamento, onde não existam Comitês Locais de Gestão de Risco de Calamidade, para o reforço dos mecanismos de protecção da criança e mulher contra abusos e violações (capacitação de activistas locais);
- Registo de crianças, pessoas idosas, pessoas portadoras de deficiência e outras vítimas de calamidades e distribuição de kits de materiais básicos de assistência aos grupos vulneráveis.
- Garantia de continuidade de actividades essenciais como educação e prestação de serviços médicos e clínicos;
- Realização de campanhas de educação e sensibilização sobre direitos da criança, prevenção do HIV, violência e abuso sexual da criança centros de trânsito;
- Identificação de crianças separadas e reunificação das famílias ou comunidades.
- Criação de espaços ou escolinhas para a ocupação das crianças, pessoas idosas e pessoas deficientes que estejam nos Centros de Transito;
- Apoio psicossocial às vítimas das calamidades.

c) Actividades a serem realizadas após a emergência

- Assegurar espaços de recreação para crianças e actividades ocupacionais nos centros de trânsito e bairros de reassentamento;
- Reforço de instituições de protecção da criança e da mulher depois
- Assegurar a identificação e condução de casos de violência sexual;
- Monitoria ao terreno para assegurar que as crianças órfãs e vulneráveis identificadas tenham acesso aos serviços básicos;
- Identificação dos grupos mais vulneráveis para a priorização no processo de reassentamento;
- Identificação, desenho e implementação de projectos de geração de rendimento para a reintegração e reinserção sócio-económica dos grupos vulneráveis afectados pelas calamidades;

Para a materialização das acções do Plano de Contingência 2008/2009 o MMAS prevê um orçamento estimado entre **2.202.000,00Mt**, num cenário mínimo e médio e a **2.419.000,00Mt** num cenário máximo.

5.8 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

a) Actividades a realizar antes de uma situação de emergência

- Implementação do Plano de Preparação e Resposta à Emergência do Sector da Educação (EPRP) a todos os níveis, que por seu turno facilitará a inclusão de actividades de preparação para emergência nas estratégias, planos e orçamentos nacionais da educação
- Apoio as Direcções Provinciais de Educação e Culturas e Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologias no desenvolvimento de planos de contingência de nível provincial e distrital Pré-posicionar os materiais educacionais e recreativos e tendas escolares nos armazéns centrais/ regionais;
- Monitoria dos armazéns para actualizar o inventário de todos os materiais pré-posicionados com nomes e contactos dos responsáveis dos armazéns e avaliar as condições dos materiais pré-posicionados;
- Pré-posicionamento dos materiais educacionais e recreativos e tendas escolares nos armazéns centrais/ regionais.

b) Actividades a realizar durante uma situação de emergência

- Implementação da avaliação rápida integrada;
- Desenvolvimento de um plano de resposta inicial incluindo um plano de distribuição de suprimentos, recursos humanos e financeiros necessários, identificar as responsabilidades dos membros dos núcleos e finalizar as providências logísticas para o transporte dos materiais pré-posicionados.
- Divulgação de mensagens para salvar vidas para os alunos, incluindo mensagens relativas à higiene, saneamento, HIV/SIDA, prevenção da violência de género e abuso sexual, saúde básica e higiene;
- Distribuição de kits escolares e kits para o professor com material didáctico às escolas onde tais materiais foram perdidos como resultado da emergência, em coordenação com os Directores de Escola e Conselhos de Escola;
- Disponibilização de livros escolares a todos os alunos cujos livros foram perdidos ou danificados;

c) Actividades a realizar depois de uma situação de emergência

- Avaliação das necessidades de reabilitação escolar ou outras necessidades, particularmente a construção de novas salas de aula e afectação de professores às zonas de reassentamento;
- Reabilitação e reparação das infra-estruturas escolares danificadas pelo desastre;
- Promoção de actividades educacionais de qualidade em habilidades de alfabetização e de vida tais como HIV/SIDA, prevenção da exploração e abuso sexual.

5.9 UNAPROC (INGC, MDN, MINT, PARCEIROS DE COOPERAÇÃO)

a) Actividades a serem realizadas antes da emergência

- Preparar efectivos e meios a envolver durante e depois da ocorrência do evento extremo.
- Criação de Gabinetes de Atendimento a mulher criança vítimas de abuso, exploração, violência, abandono e discriminação nos centros de transito e de reassentamento;
- Finalizar as Normas/Protocolos sobre Mecanismos comunitários de referência para prevenir e responder à violência contra a criança e mulher
- Finalizar o protocolo da Polícia para respostas às emergências e fornecer formação dos agentes da polícia que serão alocados no terreno durante a emergência
- Identificação dos agentes da polícia para sua intervenção em situação de emergência

g) Actividades a serem realizadas durante a emergência

- Salvamento e resgate das vítimas ou populações sitiadas em coordenação com a UNAPROC;
- Apoio humano e material no parcelamento de terrenos destinados a reconstrução habitacional dos afectados;
- Apoiar no transporte de bens alimentares, medicamentos, técnicos especializados, mantas, vestuário, entre outros.
 - Destacar agentes de polícia formados e especializados na prevenção e resposta da exploração e abuso sexual (e formados no código de conduta) no CENOE e nos centros de reassentamento;
 - Monitorizar, reportar os casos de violência sexual nos centros de reassentamento e nas comunidades e referir as vítimas da violência e abuso aos serviços apropriados (Médicos etc);
 - Colaborar com MMAS para Identificar crianças separadas e fazer a reunificação das famílias ou comunidades.

c) Actividades a serem realizadas após a emergência

- Apoiar nas actividades de limpeza e parcelamento das áreas para o reassentamento
- Realizar visitas de monitoria ao terreno juntamente com MMAS para assegurar que as mulheres e crianças vítimas da violência e abuso têm acesso aos serviços básicos (saúde, educação, apoio e atendimento psicossocial, apoio financeiro, apoio legal e apoio nutricional);
- Trabalhar com as comunidades para estabelecer ou reforçar os comités representando os interesses das Crianças Órfãs e Vulneráveis e prevenir a exploração e abuso sexual ou fazer o encaminhamento dos casos;

- Facilitar e apoiar as actividades das compras locais;
- Emitir pareceres p/ entrada de produtos para emergência;
- Participar e estimular acções da transformação e enriquecimento dos produtos alimentares;

Para a realização destas actividades o Sector da Defesa Nacional 11.578.447,00Mt num cenário mínimo e 13.848.444,00Mt num cenário máximo.

5. 10 MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

a) Actividades a serem realizadas antes a emergência

- Avaliações rápidas da disponibilidade de alimento, recursos e outros bens;
- Mobilização e contacto com potenciais fornecedores de bens de consumo durante e depois da ocorrência do acidente;
- Identificação, definição e mapeamento dos fluxos de bens de consumo das zonas excedentárias para áreas afectadas.

b) Actividades a serem realizadas durante a emergência

- Facilitar e apoiar as actividades das compras locais;
- Emitir pareceres para a entrada de produtos para emergência;

c) Actividades a serem realizadas após a emergência

- Facilitar e apoiar as actividades das compras locais;
- Emitir pareceres p/ entrada de produtos para emergência;
- Participar e estimular acções da transformação e enriquecimento dos produtos alimentares;

O sector de Indústria e Comércio estima um custo total de 591.044,Mt como orçamento para levar a cabo as suas actividades na presente época chuvosa.

6. BENS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS

6.1. Assistência Alimentar e Nutricional

Segundo o SETSAN, as quantidades de alimentos previstas devem assegurar a distribuição de pelo menos 2,231 KCal/dia/pessoa, redistribuídas entre milho, legumes e óleos. Assim, as necessidades alimentares mensais por pessoa são de 15kg, redistribuídos como se apresenta a seguir:

- Milho 13,5 kg
- Feijão 1,2 kg
- Óleo 0,3 kg

A assistência alimentar levada a cabo pelo Governo em parceria com o Cluster de Segurança Alimentar é abordada em duas vertentes, nomeadamente, Recuperação e Alívio através do “Programa de Recuperação e Alívio” – PRRO.

A assistência alimentar levada a cabo pelo Governo em parceria com o PMA é abordada em duas vertentes, nomeadamente, Recuperação e Alívio através do “Programa de Recuperação e Alívio” (PRRO). A Componente de Recuperação abrange 310.000 desde Janeiro a Dezembro de 2010. Durante o período do plano de contingência este programa irá necessitar de 39,729 toneladas. A componente tem como objectivos:

- (1) Responder à situações de insegurança alimentar causada por desastres naturais através da criação de bens comunitários produtivos e sociais (protecção e promoção de formas de vida) e
- (2) Responder às necessidades de pessoas que vivem com HIV/ SIDA, das crianças vulneráveis, das pessoas com problemas de saúde e nutrição em coordenação com os respectivos sectores de tutela (MISAU, MMAS).

A Componente de Alívio visa dar resposta às necessidades alimentares resultantes da situação de insegurança alimentar criada gerada por calamidades naturais. Para o período do plano de contingências, o Grupo de Análise de Vulnerabilidade (GAV) indica que cerca de 350.000 pessoas em 63 distritos críticos necessitariam de assistência de Outubro de 2010 a Março de 2010. A avaliação da campanha agrícola efectuada em Maio de 2010 indicava que cerca de 250.000 pessoas estavam em situação de insegurança alimentar e considerava um adicional de 50.000 em caso de aumento dos preços de Setembro em diante.

Em adição a este número, os resultados preliminares do GAV recomendam um adicional de 50.000 devido às fracas colheitas que se verificaram um pouco por todo o país. A assistência alimentar será condicionada à participação em actividades de segurança alimentar, em conformidade com os Planos de Desenvolvimento dos Distritos e em coordenação com as autoridades distritais. A tabela 8 mostra a estimativa das necessidades alimentares:

Tabela10 : Estimativas das necessidades para assistência alimentar (Toneladas)

Componente	Beneficiarios	Cereais	Leguminosas	Farinha de Soja	Total
Recuperação	310,000	11,100	2,100	3,000	16,200
Alívio	350,000	21,000	2,520		23,520
Total	660,000	32,100	4,620	3,000	39,720

No total serão necessárias 39.729 toneladas de alimentos para cobrir as necessidades de assistência alimentar durante o período de cobertura do plano. O custo para aquisição destes alimentos e de aproximadamente 36 milhões de Dólares Americanos incluindo as despesas necessárias para

armazenamento, manuseamento e transporte para os locais de distribuição. Com vista a promoção da produção nacional, o PMA tem vindo a promover as compras locais de alimentos, tendo já adquirido desde 2010 cerca de 21.061 toneladas, no valor aproximado de 278 milhões de meticais, correspondente a cerca de 7,5 milhões de Dólares Americanos. Assim em função da disponibilidade de fundos e de alimentos ao nível nacional o PMA vai proceder a compra/ importação de alimentos na seguinte proporção:

Tabela11: Produtos serem adquiridos localmente e fora do País (Toneladas)

Descrição	Total	Importações	Compras Locais
Milho	32,100	19260	12,840
Leguminosas	4,620	2772	1,848
F. soja	3,000	1800	1,200
Total	39,720	23,832	15,888

Fonte: PMA

6.2. Meios e equipamentos necessários e disponíveis

a) Meios disponíveis

Nos armazéns do INGC (CENOE regionais) existem posicionados, bens e meios, entre Barcos (43), tendas (3.626), lonas (1.249), rolos plásticos (498), mantas (2.930), entre outros.

Para além destes, estão posicionados nos armazéns de alguns parceiros de cooperação como a Cruz Vermelha de Moçambique, Save the Children Foundation, Visão Mundial, UNICEF, outros meios e equipamentos que poderão ser mobilizados assim que a situação exigir. Estes meios e equipamentos serão especificados após a aprovação do Plano de Contingência do Governo.

Tabela 12: Equipamentos e materiais disponíveis

Descrição	Regiões				Partceiros	Total Geral
	Sul	Centro	Norte	Total INGC		
Tanques de agua	51	62	0	113	51	164
Tendas	1604	801	20	2425	250	2675
Mantas	1118	0	0	1118	3120	4238
Kits cozinha	0	0	0	0	737	737
Redes Mosquiteiras	0	220	0	220	0	220
KitsHigiene	0	0	0	0	217	217
Lajes	0	0	0	0	197	197
Casas de Banho	50	0	0	50	0	50
Barcos	15	21	7	43	0	43

b) Meios e Equipamento Necessário

Os meios e equipamentos acima referidos, não satisfazem as necessidades de intervenção

Tabela 13: Meios adicionais

Item/Unidade	Direccoes Regionais			Provincias		Total	Custo	
	Sul (Vilankulo)	Centro (Caia)	Norte (Nampula)	Provincias	Central		Unitário/médio	Total
Bens de Socorro								
Tendas	50	250	200	8000	250	8,750.00	8,555	17,110,000
Lonas	100	500	400		500	4000	1,000	4,000,000
Rolos Plasticos	50	100			000(1x 30m)		2,900	2,900,000
Kits de cozinha		500			737	500	900	450,000
Mantas						1000	250	250,000
Sub Total								24,710,000
Bens e materiais para materiais equipment								
Tanques de água Flexíveis					28	50	160,000	8,000,000
Tanques de água Rígidos		5			20(1x10000l)		25,000	250,000
Baldes		500			0	500	100	50,000
Jerricans		500			2050	500	50	25,000
Cloro								
Sub Total								8,325,000
Combustiveis(em litros)								
Diesel (l)					0	18000	25	450,000
Gasolina (l)					0	30000	23	690,000
Jet (l)					0	24300	29	704,700
Sub Total								1,844,700
Transporte(custo)								
Aluguer de meios Aéreos (Mt)				150,000.00	6,857,863.24	140 horas		7,007,863
Aluguer de camioes Transporte (Mt)				5,027,740.00	4,455,000.00	30 fretes		9,482,740
Sub Total						0.00		16,490,603
Outros materiais(custo)								1,000,000
Contigências					0.00			1,649,060
Total								54,019,364

6.3. Abrigos temporários

Os abrigos temporários poderão ser Escolas, Igreja e outros que estejam situados em zonas seguras e de fácil acesso

Tabela 20: Abrigos temporários

localizacao	Abrigo temporário					
	Escolas		Armazens		latrinas	
	Escolas	latrinas	Armazens	latrinhas	Igrejas	Latrina
Gaza	937		1725			
Tete	70	18			4	8
Zambezia	134	129	2		14	
Nampula	1176		154		229	
C Delgado	568	258	10	1	32	29
	0	0	0	0	0	0

7. ORÇAMENTO POR CENÁRIO E FUNDOS DISPONÍVEIS

7.1. Orçamento Geral por Províncias e por Sectores

O Orçamento do Plano é apresentado em função dos cenários acima descritos e está desagregado por sector e por província. No cômputo geral, o orçamento apresenta uma redução em relação ao Plano anterior, em parte, por causa do processo de reassentamento em curso nos grandes aglomerados populacionais vulneráveis as cheias e ainda devido a implementação do Plano Director, através do qual uma parte significativa das pessoas vulneráveis está sensibilizada em matérias de prevenção de calamidades. Alguns sectores apresentam uma estrutura orçamental relativamente alta comparativamente com o nível central e Provincial porque grande parte dos materiais é adquirida nesse nível e redistribuído pelas províncias a medida que se vai confirmado o estado de penúria. O INGC apresenta-se com a maior percentagem do orçamento total visto que a ele estão imputados os valores correspondentes a assistência alimentar, os equipamentos para operações de busca e salvamento bem como a monitoria e supervisão de toda a implementação do Plano. Nas tabelas a seguir apresentam-se os orçamentos para os 3 cenários.

Tabela 21: Orçamento do PC para Cenário I

	INGC	MOPH	MISAU	MINAG	MINED	MTC	MMAS	MICOA	MIC	Total
Central	370,165,286	6,945,000	4,864,000	155,200,00	780,000	3,377,198	7,419,000	1,550,000	472,000	395,727,684
PROV's	44,677,363	23,090,624	33,900,291	26,465,620	13,156,682	2,530,586	5,925,019	8,077,678	670,033	158,493,895
MAPUTO	1,120,000	8,920	532,000	1,332,659	200,000	125,732	101,059			3,420,370
GAZA	4,851,038	3,500,812	848,000	242,542	200,000	728,900	700,000	250,000		11,321,292
IMBANE	4,910,000	511,959	2,600,000	242,542	290,600	90,000	227,000	190,200	25,000	9,087,301
SOFALA	3,180,000	858,460	21,997,270	995,000	6,243,699		2,001,368	987,975	60	36,263,832
MANICA	3,560,000	456,561	366,800	9,329	259,326	436,500	360,000	629,000	0	6,077,516
TETE	10,419,281	14,653,867	3,033,831	22,841,054	4,800,000	1,122,104	264,000	1,342,995	176,173	58,653,305
ZAMBEZIA	5,890,000	1,403,143	1,701,000	93,285	133,265		1,103,865	3,990,000	359,000	14,673,558
NAMPULA	5,796,812	840,000	756,000	220,000	577,500	27,350	339,000	165,000	109,800	8,831,462
NIASSA	2,328,232	329,151	131,290	475,884	452,292		827,127	27,508		4,571,484
C. DEL	2,622,000	527,751	1,934,100	13,326			1,600	495,000		5,593,777
Total	414,842,649	30,035,624	38,764,291	26,620,820	13,936,682	5,907,784	13,344,019	9,627,678	1,142,033	554,221,579

Tabela 22: Orçamento do Plano para o Cenário II

	INGC	MOPH	MISAU	MINAG	MINED	MTC	MMAS	MICOA	MIC	Total
Central	423,046,041	10,331,200	7,296,000	232,800,00	624,000	2,701,758	5,935,200	1,240,000	3,776,007	455,183,006
PROV's	46,195,754	23,271,056	36,391,541	4,880,189	8,731,333	1,678,330	9,417,851	11,545,341	667,233	142,778,628
MAPUTO	1,280,000	7,136	608,000	106,612	160,000	100,586	80,847			2,343,181
GAZA	3,880,830	4,000,928	678,400	277,190	160,000	583,120	800,000	2,500,009		12,880,478
IMBANE	3,928,000	585,096	2,080,000	277,190	232,480	72,000	2,270,009	152,160	250,009	9,846,944
SOFALA	10,700,000	858,460	21,997,270	995,000	6,243,699		2,001,368	987,975		43,783,772
MANICA	2,848,000	521,784	419,200	10,661	207,461	349,200	288,000	503,200	0	5,147,506
TETE	2,148,312	761,576	2,000,000	85,290	85,290	490,424	156,640	2,492,800	9,244	8,229,575
ZAMBEZIA	4,712,000	1,603,592	1,944,000	106,612	106,612		1,261,560	4,560,000	287,200	14,581,576
NAMPULA	11,366,412	1,375,000	938,000	385,000	1,083,500	83,000	825,000	286,500	120,780	16,463,192
NIASSA	4,332,200	329,151	131,290	475,884	452,292		827,727	27,508		6,576,052
C. DEL	1,000,000	13,228,333	5,595,381	2,160,750			906,700	35,189		22,926,353
Total	469,241,795	33,602,256	43,687,541	5,112,989	9,355,333	4,380,088	15,353,051	12,785,341	4,443,240	597,961,634

Tabela 23: Orçamento do Plano para o cenário III

	INGC	MOPH	MISAU	MINAG	MINED	MTC	MMAS	MICOA	MIC	Total
Central	528,807,551	129,140,000	112,160,000	1,388,000	17,280,000	3,377,198	17,419,000	15,500,000	1,472,000	826,543,749
PROV's	80,268,428	13,093,386	19,651,000	3,272,515	4,389,680	3,253,162	4,513,634	10,730,200	728,244	139,900,249
MAPUTO	8,600,000	189,200	2,760,000	1,233,265	2,220,000	1,125,732	101,059			16,229,256
GAZA	6,851,038	5,001,160	2,848,000	846,488	900,000	728,900	1,000,000	250,000		18,425,586
IMBANE	6,910,000	731,370	2,600,000	346,488	290,600	190,000	227,000	190,200	250,000	11,735,658
SOFALA	10,700,000	858,460	1,252,000	179,959	319,959	159,000	500,000	350,000	100,000	14,419,378
MANICA	3,560,000	652,230	524,000	133,260	259,326	436,500	360,000	629,000	0	6,554,316
TETE	9,685,390	951,970	2,500,000	106,612	106,612	613,030	195,800	3,116,000	19,244	17,294,658
ZAMBEZIA	9,890,000	2,004,490	2,430,000	133,265	133,265		1,576,950	5,700,000	359,000	22,226,970
NAMPULA	16,890,000	1,200,000	524,000	159,918	159,918					18,933,836
NIASSA	4,560,000	750,576	1,450,000				392,825	0		7,153,401
C. DEL	2,622,000	753,930	2,763,000	133,260			160,000	495,000		6,927,190
Total	609,075,979	142,233,386	131,811,000	4,660,515	21,669,680	6,630,360	21,932,634	26,230,200	2,200,244	966,443,998

7.2. Fundos disponíveis

O Governo, ciente da ciclicidade de ocorrência de eventos extremos, com maior incidência no período de Novembro a Abril e, havendo a necessidade de resposta imediata em termos de apoio às vítimas, inscreveu na proposta de Orçamento do Estado para 2011, um total de 120.000.000,00Mt para o Plano de Contingência 2010-2011, cujas acções deverão ser desenvolvidas pelos sectores a nível central e pelos Governos locais (provincial e distrital).

Considerando a exiguidade dos fundos em disponibilizados, o Governo pretende direccionar os fundos do orçamento do Estado para as seguintes acções prioritárias:

- Monitoria e mitigação dos efeitos das calamidades ocorridas na época transacta;
- Pré-posicionamento de meios em locais considerados estratégicos;
- Ajuda humanitária (provisão de alimentos, busca e salvamento, abrigo temporário, água e saneamento, cuidados de saúde e outros), nas primeiras 72 horas após a ocorrência da calamidade, enquanto se espera pela resposta dos parceiros de cooperação,

A redistribuição do fundo proposto vai considerar os 3 cenários arrolados neste plano de contingência. Neste contexto, para o cenário I, será redistribuído um total de 60 milhões e para o cenário II serão redistribuídos 80 milhões. Para o cenário III, far-se-á a redistribuição de 100.000.000,00Mt e o remanescente, 20.000.000,00Mt será cativado no INGC para contingência depois da época chuvosa. Na tabela 21, apresentam-se os a redistribuição do valor proposto no Orçamento do Estado para suportar parte das actividades do presente Plano. Em cada um dos cenários, será alocado ao INGC central 55% do valor a redistribuir dado que tem a maior responsabilidade na execução das actividades prioritárias acima mencionadas.

Tabela 24: redistribuição do valor alocado por cenários

Descrição	Valores cumulativos por cenário (mil Mt)		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
1. Nível Central	39.600	53.460	66.825
1.1 INGC-SEDE	33.000	44.550	55.688
1.2. MINAG	1.900	2.565	3.206
1.3.MOPH	1.700	2.295	2.869
1.4 MEC	800	1.080	1.350
1.6 SAUDE	1.100	1.485	1.856
1.7 MMAS	1.100	1.485	1.856
2.Provínias	20.400	26.541	33.176
2.1. MAPUTO	2.650	3.445	4.306
2.2. GAZA	2.700	3.510	4.388
2.3. INHAMBANE	1.670	2.171	2.714
2.4. SOFALA	2.250	2.925	3.656
2.5. MANICA	1.450	1.885	2.356
2.6. TETE	2.090	2.717	3.396
2.7. ZAMBEZIA	2.400	3.120	3.900
2.8. NAMPULA	1.800	2.340	2.925
2.9.CABO DELGADO	2.090	2.738	3.422
2.10 NIASA	1.300	1.690	2.113
TOTAL	60.000	80.001	100.001
Contingencia	60	40	20

8. MECANISMOS DE COORDENAÇÃO, REVISÃO E MONITORIA

8.1. Mecanismo de Coordenação

a) Conselho Coordenador de Gestão de Calamidades (CCGC)

O Conselho Coordenador de Gestão de Calamidades (CCGC) é *presidido pelo Primeiro-Ministro* e tem como responsabilidade, garantir, ao nível mais alto, a coordenação multi-sectorial de todas as operações de emergência (prevenção de calamidades, socorro às vítimas e reabilitação de infra-estruturas danificadas por calamidades) e da implementação do Plano Director de Prevenção e Mitigação de Calamidades Naturais. O CCGC realiza anualmente duas sessões ordinárias de trabalho. Em situações de emergência, este órgão reúne em sessões especiais regulares, para avaliar a implementação dos planos de emergência e dar orientações que fluem até o nível da base. Fazem parte do CCGC todos os membros do Conselho de Ministros dos sectores que directamente intervêm em caso de situações de calamidades naturais. No âmbito das tarefas que lhe são atribuídas, o Presidente do Conselho Coordenador de Gestão de Calamidades pode convocar representantes de outros sectores em função da agenda.

b) Conselho Técnico de Gestão de Calamidades (CTGC)

O CTGC é presidido pelo Director Geral do INGC, e é constituído pelos Directores Nacionais dos sectores relevantes, indicados pelos Ministros membros do Conselho Coordenador de Gestão de Calamidades (CCGC). O CTGC tem como principal responsabilidade coordenar os sistemas sectoriais de alerta e aviso prévio sobre a iminência de calamidades de origem meteorológica, hidrológica, geológica, epidemias e segurança alimentar e garantir a implementação multi-sectorial dos diversos planos no âmbito da redução do risco de calamidades.

O CTGC reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que seja convocado pelo Director Geral do INGC. Podem ser convidados para o CTGC representantes dos Parceiros de cooperação e da sociedade civil.

c) Centro Nacional Operativo de Emergência (CENOE)

O CENOE é uma estrutura de coordenação multi-sectorial e de tomada de decisões onde convergem representantes das instituições, organizações e grupos de actores que participam directamente nas operações de resposta a calamidades. O objectivo do CENOE é proporcionar a todos os intervenientes na prevenção, mitigação e resposta às calamidades, um instrumento orientador com procedimentos, tarefas e acções de monitoria técnico científica, emissão de avisos, controlo de operações, activação e desactivação de operações de emergência.

O CENOE está estabelecido no espaço da Força Aérea de Moçambique, na Base Aérea de Mavalane (Maputo), com desdobramento nas regiões operacionais de Vilanculo (Inhambane), Caia (Sofala) e Nacala (Nampula) e é coordenado Pelo INGC. O CENOE tem como “membro” operativo em caso de emergência, a Unidade nacional de protecção Civil (UNAPROC).

d) Centro Operativo de Emergência

O Centro operativo de Emergência representa o desdobramento do CENOE nas províncias e é coordenado pelo INGC provincial

e) Comités Locais de Gestão do Risco de Calamidades (CLGRC)

Os Comités locais de Gestão do Risco de Calamidades funcionam ao nível das comunidades e são compostos e liderados por membros de tais comunidades e têm como tarefa principal fazer cumprir todas as orientações adjacentes à gestão do risco de calamidades em todas as vertentes, Prevenção e emergência, junto das comunidades.

Os CLGRC servem de elo de ligação entre as comunidades e as autoridades institucionalizadas que intervêm na gestão do risco de calamidades.

f) Organização dos parceiros em Grupos de Trabalho (Cluster)

O Sistema das Nações Unidas estabeleceu, ao nível da Equipe Nacional Humanitária **presidida pelo Coordenador Residente das Nações Unidas**, a abordagem de “Cluster” com o objectivo de fortalecer o apoio ao Governo de Moçambique no processo de gestão e redução do risco de desastres naturais bem como garantir a integração sistemática de políticas, guiões e padrões relevantes adoptados pelo Comité Permanente Inter-Agências nos esforços de prontidão e resposta humanitária, especialmente nas áreas de género, recuperação rápida e HIV e SIDA. Neste contexto foram criados 9 “Clusters”: Nutrição, Segurança Alimentar, Protecção, Educação, ASH (Água, Saneamento e Higiene), Logística, Saúde, Abrigo e Telecomunicações de Emergência.

O objectivo chave da Equipe Humanitária num período de emergência é apoiar os esforços de coordenação e resposta do Governo de Moçambique, através de uma estreita colaboração com o INGC. A HCT garante uma resposta atempada e adequada de emergência em Moçambique baseado no Plano de Contingência Inter-Agência da Equipe Humanitária, e nas necessidades específicas apresentadas por cada situação de emergência.

8.2. Revisão e Monitoria do Plano

A revisão do plano esta dependente da revisão da previsão climática que em princípio se realiza no mês de Janeiro.

Tal como acontece na fase de elaboração do plano, na implantação do Plano, o nível central tem a responsabilidade de prestar todo o apoio técnico, sempre que se achar conveniente e necessário. Assim, as principais acções de monitoria cingem-se essencialmente em:

- Harmonizar as matrizes de recolha de informações a todos os níveis;
- Validar as informações recebidas sobre ocorrência e acções de resposta;
- Garantir a retroinformação e verificar o cumprimento das metas dos planos de acção e das orientações do Conselho Coordenador de Gestão de Calamidades.

Outro aspecto não menos importante e que deve ser salientado está relacionado com a necessidade de uma avaliação das necessidades imediatas após a ocorrência de um desastre. Estas avaliações multisectoriais, coordenadas pelo SETSAN e INGC realizam-se nas zonas afectadas, e com base nelas se estima o impacto do desastre, as necessidades de apoio em alimentos para as populações, bem como o estado nutricional destas, usando metodologias apropriadas e universalmente reconhecidas.

1. LISTA DE CONTACTOS DE URGÊNCIA

Centro Nacional Operativo de Emergência	820000022/55 ou 21477211/3
CENOE CAIA	823053292 / 23710002 / 822882835
CENOE VILANKULO	842692619 / 29382105
CENOE de NACALA	842647164 / 26500089
Maputo (COE)	825300296 / 820000013
Sofala (COE)	825529220 / 23325686
Zambézia (COE)	846298581/ 823063082/ 822400055
Inhambane	824930444 / 847421515
Gaza	828629200
Manica	826450458
Nampula	828564500 / 843564500
Niassa	27120748 / 827099220
Cabo Delgado	844021834 / 824468200
Tete	823063434 / 825129081 / 25220104

Mecanismos de coordenação da emergência, entre o Governo de Moçambique e a equipa Nacional Humanitária de Moçambique

